

06/08/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Cortes atingem em cheio a UnB](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Aprendizado, uma lei que deu certo](#)

[A ricos e aliados, tudo](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Ânima faz aquisição e entra no Nordeste](#)

Imprensa Estadual

O DIA - PI

[Gestores municipais de educação discutirão estratégias para elevação de notas no SAEB](#)

O DIA - RJ

[Cortes de orçamento da UFRJ ameaçam o semestre](#)

[A difícil arte da magia na educação](#)

Agências de notícias e sites

CORREIO WEB

[Em entrevista ao CB.Poder, reitora da UnB critica Future-se](#)

PORTAL VEJA

[Presidente da Capes tem número de celular clonado](#)

BAHIA.BA

[MEC fez questão de chutar regras na UFRB](#)

PORTAL VEJA

[Bolsonarista investe contra procuradora que puxou orelha do chefe do MEC](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Conselho pede que MEC inclua concurso público em contratos de universidades](#)

[Ministro da Educação curte publicação com ameaça de violência a estudantes](#)

[Pesquisa que liga micróbios a tumor de intestino leva prêmio de oncologia](#)

Agências de notícias e sites

CORREIO WEB

[Na véspera da volta às aulas, bloqueio no orçamento preocupa a UnB](#)

G1

[Abertas inscrições para cursos gratuitos de idiomas na UEFS](#)

[Prazo para inscrições em cursos gratuitos da Alesc termina na sexta-feira](#)

METRÓPOLES

[Future-se : conselho da UnB diz que fundações são ignoradas pelo MEC](#)

PORTAL EXAME

[Nova Graduação: modelo flexível que facilita o acesso ao ensino superior](#)

[Universidade promove Mega Dia com descontos para cursos EAD](#)

[UFRJ pode paralisar serviços à população por limitação orçamentária](#)

PORTAL ISTOÉ

[UFRJ pode paralisar serviços por limitação orçamentária](#)

R7

[Unemat oferece 149 vagas para 6 programas de mestrado e doutorado](#)

TERRA

[Universidade promove Mega Dia com descontos para cursos EAD](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[UFRJ pode paralisar serviços à população por limitação orçamentária](#)

Agências de notícias e sites

AL1

[Pesquisadores da Ufal investigam relação entre excesso de peso e desigualdade](#)

UFSM

[Pibid oferece vaga de supervisor para professores da educação básica na área de Geografia](#)

[UFSM ganha 10 novas bolsas de doutorado do CNPq](#)

G1

[UFPE suspende uso de ar-condicionado para reduzir gastos após corte de verbas pelo governo](#)

[Future-se deverá priorizar fundações de apoio em vez de organizações sociais e incluir até concurso público, propõe Confies](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

Cortes atingem em cheio a UnB

Sem dinheiro depois do bloqueio federal de 30% no orçamento da instituição, cerca de R\$ 38,2 milhões, contratos como o de limpeza e o de segurança correm risco de não serem renovados a partir de setembro

ENTREVISTA ENTREVISTA - MÁRCIA ABRAHÃO MOURA

"O ministro sugeriu que a gente trocasse a vigilância pela Polícia Militar, o que não é possível, porque somos um órgão federal e, não, estadual"

As consequências do bloqueio de 30% no orçamento da Universidade de Brasília (UnB), implementado em abril pelo Ministério da Educação (MEC), sob a justificativa de identificação de "balbúrdia" nos câmpus, ganharão força entre o fim deste mês e o início de setembro. A universidade, que retoma as aulas dia 12, corre o risco de não conseguir renovar contratos, como o de vigilância e o de limpeza. "Para eu firmar o contrato, tenho de provar ter orçamento para um ano. A legislação é muito rígida. O contingenciamento me impedirá de renová-los", alertou a reitora Márcia Abrahão Moura, em entrevista ao CB.Poder — uma parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília.

Desde o corte de R\$ 38,2 milhões, a universidade usa recursos da arrecadação própria para completar o orçamento e arcar com as despesas. Com o esgotamento do dinheiro, a reitoria busca opções para manter as contas em dia. "Ainda estamos trabalhando com a sensibilização do governo para descontingenciar", disse Márcia. Conforme a reitora, caso a UnB não recupere a verba, não há planos, por exemplo, para a segurança dos câmpus. "O ministro sugeriu que a gente trocasse a vigilância pela Polícia Militar, o que não é possível, porque somos um órgão federal e, não, estadual", observou.

A reitora apontou "inconsistências" no programa Future-se. Lançado no mês passado, o projeto prevê, segundo o MEC, o fortalecimento da autonomia das universidades — a proposta abre espaço para que Organizações Sociais (OS) tomem a frente da gestão. Márcia ainda criticou o debate sobre a cobrança de mensalidades em federais. "A Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) fez um estudo que mostra que mais de 70% dos estudantes das universidades federais vêm de famílias com renda de até um salário e meio. Essa discussão não tem sentido em um país com essa situação e não resolve de forma alguma a nossa situação orçamentária", argumentou.

O Programa Future-se, lançado recentemente pelo Ministério da Educação, é alvo de críticas de professores e reitores. Qual a sua avaliação sobre o projeto?

Na sexta-feira, fizemos um debate sobre o programa no Conselho Universitário. Nós avaliamos que ele parte de um diagnóstico que nos interessa, pois demonstra que há pouca autonomia nas universidades. Mas a solução proposta vai na contramão do diagnóstico: coloca toda a administração com uma Organização Social (OS) e com o Ministério da Educação. Existe um receio muito grande de uma intervenção excessiva da iniciativa privada na universidade, o que pode comprometer a autonomia. E há quem avalie que falta uma parceria com o mercado, com participação mais efetiva do setor produtivo.

Existem realidades muito diferentes nas universidades brasileiras. A UnB é uma que tem muita parceria com a iniciativa privada. Cerca de 40% do nosso orçamento provém de arrecadação própria: temos contratos, convênios, aluguéis de imóveis. O projeto apresentado parece desconhecer a realidade de algumas universidades.

Em que pontos?

Por exemplo, na própria questão da parceria com a iniciativa privada. Nós temos uma relação forte, arrecadamos muito. Porém, se arrecadarmos algo que ultrapassa o limite previsto em lei, vai para o Tesouro Nacional. É um desestímulo à arrecadação.

A senhora publicou um artigo no Correio Braziliense no último sábado. Nele, disse que há possibilidade de aperfeiçoamento do Future-se. Em que sentido?

O projeto, em si, traz alguns problemas. Não sei se o caminho é por meio dessa proposta específica. Temos que aperfeiçoar a proposição em geral. Por exemplo, no meio do projeto, coloca-se que a revalidação do diploma, hoje feita nas universidades públicas, passe a ser realizada nas privadas. Além disso, temo que tenhamos uma redução dos controles feitos pelo Sistema de Gestão Universitária e pelo Tribunal de Contas da União ao passarmos para uma OS a atribuição que é do governo. Então, tem, sim, muito a se discutir. Por exemplo, há a lei de doações. A UnB regulamentou a doação, mas o governo, agora, trouxe vetos que a prejudicam, pois tira, por exemplo, a isenção fiscal que estimula as contribuições. Outra coisa importante é que o programa de governo fala “menos Brasília, mais Brasil”. Mas, ao implementar o Future-se, centraliza as decisões no Ministério da Educação. Há inconsistências.

Recentemente, a UnB entrou no centro de uma polêmica imensa, depois da declaração do ministro da Educação, Abraham Weintraub, sobre suposta balbúrdia. Houve uma reação muito grande em defesa da universidade para mostrar o trabalho desenvolvido. Isso é página virada ou ainda há alguma repercussão negativa?

Tenho respeito ao que ele pensa. Mas há consequência dos atos. Antes da declaração, veio o bloqueio orçamentário. E nós fomos a primeira universidade a ter o contingenciamento de 30%, que permanece. A UnB, como todas as universidades, é um lugar de debate, de divergências. Estive com o ministro. Levei para ele os dados da UnB: de acordo com o Times Higher Education, somos a 5ª melhor universidade do Brasil e a 15ª, da América Latina.

E o que ele disse?

Disse que acha que é muito pouco. Que não interessa que as universidades estejam bem no Brasil ou na América Latina; interessa a repercussão mundial. Porém, existem estudos que mostram que, quanto mais se investe na universidade, maior a repercussão

mundial.

E como a universidade está se virando?

Não está fácil. Desde que assumi, fizemos muitos ajustes, o que nos deu fôlego para enfrentarmos esse novo momento já numa situação equilibrada. Tínhamos ajustado as contas no fim do ano passado e estávamos prevendo gastos com o orçamento aprovado pelo Congresso. Mas tivemos a surpresa. Estamos monitorando diariamente. Continuamos com as contas em dia por enquanto. Contudo, daqui a um mês ou dois, teremos muitas dificuldades. Por quê? Para eu fazer um contrato, tenho de provar que tenho orçamento para um ano. A legislação é muito rígida. Então, o bloqueio me impedirá de fazer novos contratos de limpeza e etc. Isso é muito grave.

Desde a polêmica da “balbúrdia”, o governo tenta direcionar os recursos das universidades para as áreas de exatas e as médicas, em detrimento das áreas sociais, que são a base da formação do pensamento ocidental. Como a UnB lida com isso? Há um descompasso?

Essa é uma preocupação muito grande. Arelado à questão da balbúrdia, um dos artigos do Future-se permite a premiação de estudantes dependendo do comportamento. Nós nos preocupamos com o formato de aplicação desse critério. No caso da UnB, temos cursos e programas de excelência das áreas humanas e de exatas. Internamente, não existe essa diferença. Por isso, não podemos abrir mão da nossa autonomia. Se o governo fala em autonomia, precisa conceder a autonomia de gestão, que está prevista na Constituição — inclusive, com relação à nomeação de reitores. Internamente, tudo funciona de forma harmoniosa entre humanas e exatas. Se for colocar nas mãos do mercado, minha área, por exemplo, que é geociência, tem mais apelo do que uma área de ciência básica ou humanas. A universidade funciona de forma integrada. Temos muita preocupação em delegar a gestão a uma Organização Social, com um conselho que está indefinido.

O contingenciamento atingiu principalmente quais áreas? Onde a UnB cortou? Afeta material de laboratório e dia a dia das pesquisas?

São coisas distintas. A pesquisa é financiada principalmente pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, que também passaram por cortes. Então, tivemos bloqueios em bolsa de pós-graduação e em pesquisas do CNPQ. O contingenciamento de 30% caiu sobre alguns projetos. Por exemplo, Hospital Veterinário, capacitação técnica e funcionamento da universidade. Como a UnB também tem recursos próprios, estamos usando parte deles para cobrir alguns contratos. As renovações, a partir do fim de agosto e início de setembro, é que estão correndo risco, assim como o pagamento de contas de luz e água.

O corte vai atingir contratos de vigilância, por exemplo? É uma grande preocupação. A área pode ser atingida, porque estamos em uma fase de renovação do contrato e precisamos demonstrar que temos orçamento.

E como a UnB vai resolver a questão?

O ministro sugeriu que a gente trocasse a vigilância por Polícia Militar, o que não é possível, porque somos um órgão federal e não estadual. Ainda estamos trabalhando com a sensibilização do governo para descontingenciar. Tanto nós, como a Andifes.

Um dos critérios de avaliação das universidades trata do posicionamento nos rankings

nacionais e internacionais. Como está a situação da UnB?

Por isso ficamos chateados com os cortes. A UnB tem se mostrado muito qualificada. Nossa citação de artigos, critério usado inclusive para a percepção internacional, subiu mais de 100% nos últimos seis anos, apesar das barreiras linguísticas, uma vez que temos de escrever em inglês. Ao mesmo tempo em que o Ministério da Educação fala que não somos internacionalizados, corta um programa de muito sucesso: o Idiomas sem Fronteiras. Um país que já é distante em termos físicos e linguísticos daqueles que têm a pesquisa mais forte precisa de incentivos.

Uma das razões da má classificação das universidades brasileiras em rankings internacionais é a internacionalização. O que a UnB está fazendo sobre isso? Apesar da redução orçamentária, aumentamos os subsídios em institutos e faculdades. Estamos fazendo um esforço para contratar professores estrangeiros. Foram 30 no ano passado, e vamos abrir um edital para mais 45. Também estamos investindo em editais para participação em eventos internacionais e financiando traduções de artigos. Além disso, existe o **Capes Print** para a internacionalização das universidades. Poucas foram contempladas. A UnB é uma delas. Estamos em pleno desenvolvimento desse projeto que permite mandar alunos para o exterior e trazer pesquisadores para cá.

Um debate que cresceu é a possibilidade da cobrança de mensalidade nas universidades públicas para que o governo possa deslocar recursos e investir na educação básica. O que acha disso?

A Andifes fez um estudo que mostra que mais de 70% dos estudantes das universidades federais vêm de famílias com renda de até um salário e meio. Essa discussão não tem sentido em um país com essa situação e não resolve de forma alguma a nossa situação orçamentária. Isso desloca o debate para o lado equivocado, traz uma competição entre educação básica e superior que não contribui para nada. Não acho que a medida seja adequada, mesmo porque a Constituição garante a educação pública e gratuita.

Esse percentual tem ligação com as cotas?

Com certeza. Cursos de alta demanda, como medicina, relações internacionais e direito, só passaram a ter mais pessoas de baixa renda depois das cotas. Por quê? Não é uma questão de mérito. Os filhos de quem tem mais renda estudam nas melhores escolas, falam outras línguas.

Embora sejam inclusivas, as cotas não abaixam o nível dos cursos? Há uma evasão muito grande?

Na verdade, fizemos um estudo que mostra que, sim, os cotistas, às vezes, entram com um nível mais baixo. Mas, na hora da saída, não há diferença. Eles conseguem acompanhar, apenas precisavam daquela oportunidade.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Aprendizado, uma lei que deu certo

RESPECTIVAMENTE, SUPERINTENDENTE-GERAL E PRESIDENTE EMÉRITO DO CIEE

Vivemos num país onde há leis até em excesso, mas, para utilizar uma linguagem popular, muitos desses textos “não pegam”, ou seja, as regras estabelecidas não são cumpridas. Felizmente, porém, há pelo menos uma exceção digna de nota: a Lei da Aprendizagem, do ano 2000, que nestes quase 20 anos possibilitou a inserção de

milhares de jovens no mercado de trabalho e, além disso, colaborou na formação deles também como cidadãos.

Os números confirmam que a Lei da Aprendizagem deu certo. No Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee), por exemplo, 500 mil jovens já participaram do programa Aprendiz Legal e tiveram qualificação profissional e práticas de responsabilidade social corporativa que lhes abriram as portas do mercado e os ajudaram a exercer a cidadania. No primeiro trimestre deste ano, o Ciee encaminhou 247 mil aprendizes a processos de triagem em empresas e entidades de vários portes e 37.426 jovens ingressaram em programas de aprendizagem.

Do lado das empresas, as vantagens da legislação incluem a oportunidade de contar com mão de obra jovem e desejosa de crescer profissionalmente e com o “oxigênio” trazido pelos aprendizes, tão necessário para o crescimento dos negócios – sem falar na contribuição para a sociedade pelo apoio na formação de pessoas com responsabilidade social e pelo combate à evasão escolar e ao trabalho infantil. Jovens e empresários reconhecem a importância dessa legislação. Recente pesquisa do Datafolha mostrou que três em cada quatro aprendizes cumprem um dos principais objetivos do programa: 76% estudam e/ou trabalham. Além disso, 53% acreditam que o programa Aprendiz Legal contribuiu para o crescimento profissional.

Outros dados mostram a relevância do programa do Ciee: estudo da Fipe revelou que a remuneração média mensal dos aprendizes saltou de R\$ 395 para R\$ 634 entre 2010 e 2017 e, segundo o Datafolha, 81% deles contribuíram para as despesas de casa enquanto participavam do programa. Levando em conta esses números, chega-se à

conclusão de que a massa de renda dos aprendizes é de R\$ 3,26 bilhões.

Mais ainda, num país onde o fantasma do desemprego assusta principalmente os jovens, 53% dos que participaram do Aprendiz Legal continuam no mundo do trabalho e 37% são assalariados registrados.

Pelo lado empresarial, são frequentes as referências à qualidade e aos resultados positivos do programa de aprendizes do Ciee. Diversos setores da economia procuram pelos jovens do Aprendiz Legal, como bancos de grande porte, siderúrgicas, governos federal, estadual e municipal, apenas para ficar em alguns exemplos.

A lei tanto deu certo que 53% das empresas ouvidas na pesquisa da Fipe abrem as portas aos jovens aprendizes. Marca expressiva num país onde, como é conhecimento geral, parte das organizações deixa de cumprir suas obrigações legais, seja por que motivo for. O estudo mostra, ainda, que essa receptividade vai além do simples cumprimento de cotas, pois resulta na oferta de oportunidades efetivas de inserção dos jovens no mundo do trabalho. Primeiro, porque 90% das empresas avaliam positivamente a presença dos aprendizes em seus quadros, que consideram “fundamental”, “muito importante” e “importante”. Segundo, 73% delas informam que há grande possibilidade de efetivar os jovens após a conclusão do programa de capacitação.

Diante dessas constatações, causou estranheza a informação de que está sendo elaborada nova legislação para regular esse assunto. A iniciativa, segundo se informa, pleiteia

principalmente a redução das porcentagens de aprendizes estabelecidas pela lei atual.

Sejam quais forem as possíveis justificativas para a proposta, não há nada que as sustente. Os parâmetros estabelecidos pela lei são consistentes com os objetivos do programa de aprendiz: as vagas são destinadas a jovens entre 14 e 24 anos incompletos que estejam cursando ou já tenham concluído o ensino fundamental e o ensino médio. São estabelecidas cotas de contratação de aprendizes para estabelecimentos de médio e grande porte. A cota compulsória é de, no mínimo, 5% e, no máximo, 15% da força de trabalho de referência, que inclui todos os empregados cujas funções exijam formação profissionalizante – excluindo cargos de direção, gerência, ensino técnico ou superior.

Cabe ressaltar que o cenário atual não satisfaz plenamente o volume de vagas exigido pela lei. De acordo com dados do Ministério do Trabalho, em 2017 o número de aprendizes contratados (386 mil) correspondia a uma cota efetiva de 2% da força de trabalho de referência, quando o mínimo seria de 964 mil (para cota mínima de 5%) e 2,9 milhões (para cota máxima de 15%). Importante lembrar que existem vantagens para as empresas na contratação dos aprendizes, feita em regime CLT especial, que estabelece isenção de verba rescisória, taxa de apenas 2% do FGTS e dispensa de aviso prévio remunerado.

Mas não é só isso: ao contratar um aprendiz o empresário contribui para a formação de adolescentes e jovens que sonham em fazer novas leituras do mundo à sua volta e ingressar no ambiente do trabalho. Trata-se da única política pública que combate a evasão escolar e o trabalho infantil, ao exigir a participação apenas de estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino, e que possibilita a entrada regulamentada de menores de idade no mundo do trabalho.

São fatos como esses e muitos outros que levam à conclusão de que a Lei do Aprendiz “pegou” e produz resultados positivos. Como acontece com todas as legislações, essa é passível de ajustes, mas nada que justifique a necessidade de novo texto. Ainda mais quando, como está ocorrendo, as propostas de alterações são desenhadas sem o necessário debate sobre um assunto tão fundamental para a construção de uma realidade melhor e mais justa para o nosso país.

É a única política pública que combate a evasão escolar e o trabalho infantil

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ELIANE CANTANHÊDE

A ricos e aliados, tudo

O presidente Jair Bolsonaro confirma, dia sim, outro também, sua visão peculiar e sectária do que sejam direitos. Diz a Constituição que “todos são iguais perante a lei”. Dizem as democracias que os direitos e deveres são iguais para todos. Para Bolsonaro, não. No seu governo, como na sua fala, uns têm mais direitos do que outros: os ricos, donos do capital.

Num país campeão de desigualdade social, com milhões de pessoas sem direito a emprego, educação, saúde, moradia, transporte, igualdades de condições e respeito, o presidente

jamais usa a palavra “social” e está preocupado é com os direitos dos empresários, que chama de “heróis”: “É horrível ser patrão no Brasil”, prega. Bem pior, presidente, é ser

pobre.

Assim, Bolsonaro defende trabalho infantil, produz frases dúbias sobre trabalho escravo e estuda devolver terras desapropriadas. E corta, ops!, contingencia verbas do Ministério do Desenvolvimento Social e da Educação.

Entre a proteção da Amazônia e a ganância de madeireiros ilegais, adivinhem quem ele defende? Em desacordo com a lei, impediu a destruição de caminhões que derrubavam árvores, criminosamente, na floresta.

Entre o direito ancestral dos índios e o desejo de “tarados” americanos de explorar minérios em terras indígenas, adivinhem o que ele prefere? E a ideia de liberar Angra dos Reis para empresários criarem “uma Cancún”?

Entre o Coaf, que identifica movimentações financeiras atípicas, e o interesse do filho Flávio Bolsonaro, cujo gabinete no Rio foi um dos flagrados, adivinhem o que ele faz? O chefe do Coaf cai, o filho Flávio fica feliz da vida. Aliás, cadê o Queiroz?

Sempre crítico à política, Bolsonaro se deu o direito de estar nela há 29 anos e garantir mandatos não só para Flávio, mas também para o “02”, Carlos, e o “03”, Eduardo. Por que será? Essa pergunta, que nunca quis calar, pode estar sendo respondida pelo jornal O Globo, que identificou 286 assessores do clã nessas três décadas, 102 da família Bolsonaro ou de famílias amigas. Alguns receberam a média de R\$ 7,3 mil, ou R\$ 10,7 mil, durante 14, 15 anos, sem dar as caras no trabalho. Uma era oficialmente “do lar”, outra declarou-se “babá” na Justiça e vai por aí afora. Será que os salários não eram para elas? E qual o direito dos Bolsonaro de fazer isso?

Há também os cartões corporativos: a sociedade tem o direito de saber como são gastas as verbas oficiais, mas Bolsonaro mantém o “direito” de gastar sem dizer onde, para quê, com quem. E não é pouco dinheiro, não.

Quem, por ofício, checa diariamente a agenda do presidente sabe os que têm acesso a Bolsonaro e para quem ele está efetivamente governando. Ele vai a toda e qualquer solenidade militar, frequenta cultos e despacha com pastores evangélicos, leva ministros a estádios de futebol e abre as portas do gabinete a multinacionais, grandes empresários, ruralistas, políticos aliados, a “bancada da bala”. Aos aliados e ao capital, enfim.

Onde ficam as outras religiões, os ambientalistas, as comunidades LGBT, os professores, os defensores de direitos humanos, os cientistas, os cineastas, os escritores, os artistas, os intelectuais, os índios, os quilombolas, os especialistas em trânsito e em desarmamento? E os representantes de trabalhadores?

No mundo de Bolsonaro, o capital tem todos os direitos, o trabalho e as minorias só têm deveres. A uns, a defesa. Aos outros, a cobrança. Mais ou menos como no caso dos Estados: aos governadores aliados, tudo; aos nordestinos, as migalhas.

Entra aí o “direito” do jovem deputado Eduardo de ser embaixador na mais importante embaixada do planeta, a dos EUA. “Indicado tem de ser filho de alguém. Por que não meu?”, indagou papai Bolsonaro. O que responder, minha gente?!

Bolsonaro e os ‘direitos’ dos ricos e poderosos contra os ‘deveres’ de todo o resto

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Ânima faz aquisição e entra no Nordeste

A Ânima Educação informou ontem à noite a compra do Centro Universitário Ages (UniAges), em um negócio de R\$ 200 milhões. A aquisição marca a entrada companhia no Nordeste.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6378915/anima-faz-aquisicao-e-entra-no-nordeste>

topo ↕

O DIA - PI - PIAUÍ

Gestores municipais de educação discutirão estratégias para elevação de notas no SAEB

O seminário começa hoje e segue até amanhã, no auditório da APPM

A União dos Dirigentes Municipais de Educação do Piauí (Undime-PI) promove, a partir desta terça-feira (6), o “II Seminário SAEB – Gestão de Resultados”. O evento tem como objetivo a troca de experiências e a discussão de estratégias que possam levar as redes públicas municipais a melhores índices no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). O evento segue até quarta-feira (7), no auditório da Associação Piauiense de Municípios (APPM), em Teresina. O SAEB é composto por um conjunto de avaliações externas, aplicadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), que possibilitam o diagnóstico da educação básica brasileira. Por meio de provas e questionários, o SAEB permite que os diversos níveis governamentais avaliem a qualidade da educação praticada no país. Além disso, as médias de desempenho do Saeb, juntamente com os dados sobre aprovação, obtidos no Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

“Este ano, o SAEB passou por uma série de modificações e este Seminário será também um momento para que possamos nos apropriar mais dessas mudanças, sempre visando a um melhor desempenho das redes municipais de educação tendo em vista suas diversas etapas, áreas de conhecimento e tipos de instrumentos envolvidos”, explica a professora Cleidimar Tavares, presidente da Undime-PI e dirigente municipal de Educação de Água Branca. O público-alvo do “II Seminário SAEB – Gestão de Resultados” são gestores municipais, dirigentes municipais de educação, gerentes, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e demais responsáveis por redes ou escolas públicas. A programação envolve bre o tema, além de exposição da educação básica. A programação envolve palestras e mesas redondas sobre casos de sucesso e oficinas.

topo ↕

O DIA - RJ - RIO

Cortes de orçamento da UFRJ ameaçam o semestre

Serviços como fornecimento de energia, água e limpeza correm risco de interrupção

O semestre letivo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) pode estar comprometido. A reitoria confirmou a situação difícil pela qual a instituição passa após os cortes anunciados pelo governo, no mês passado. Despesas com o fornecimento de energia, água, gases para os laboratórios, serviço de limpeza e vigilância, alimentação nos Restaurantes Universitários (RUs), transportes inter e intracampi e telefonia podem ser suspensos por falta de pagamento.

De acordo com nota emitida pela UFRJ, a situação está associada à falta de previsão de liberações periódicas até o fim do ano. No texto, a reitoria afirma que “o orçamento da UFRJ, que é definido em lei, tornou-se inacessível, o que coloca em risco o funcionamento da universidade”.

A nota explica que “até o mês passado, as liberações de limite de empenho permitiram manter os contratos, em média, com dois meses de pagamentos em atraso”. Ainda segundo o texto, “a mudança no padrão de liberação do MEC, iniciada em julho de 2019, que reduziu o limite mensal a 5% do orçamento de custeio, só permitiu que fossem quitadas parte das despesas de maio deste ano”. A reitoria frisou, ainda, que caso o padrão de liberação pelo MEC seja mantido, “a universidade está sob o risco de ter vários serviços paralisados ao longo do mês de agosto e, certamente, no mês de setembro”.

O contingenciamento de recursos do governo atinge mais R\$ 1,44 bilhão em gastos do orçamento de 2019.

Na Universidade Federal Fluminense (UFF), a situação não é muito diferente. Por lá, os cortes feitos pelo MEC representam um total de R\$ 52 milhões. Segundo a reitoria, com o bloqueio da verba, “o grande desafio será conseguir que a universidade tenha o mínimo para continuar funcionando em situação de emergência”.

Em nota, o MEC informa ter liberado “R\$ 187,1 milhões de limite de empenho para o orçamento da UFRJ, sendo que ontem, foram liberados mais 5% de limite de empenho da Lei Orçamentária Anual a todas as universidades, institutos e Colégio Pedro II. No caso da UFRJ, foram mais de R\$ 16 milhões”.

topo ↕

O DIA - RJ - BRASIL

A difícil arte da magia na educação

Professores enfrentam muitos desafios diariamente e isso é de conhecimento de todos. Qualquer pessoa pode relacionar muitos deles em questão de segundos. Para exercer essa profissão há que se ter não apenas muito conhecimento e preparação, mas também coragem e criatividade. No entanto, fazer a mágica de ensinar o que não se sabe é quase impossível para qualquer um, inclusive os docentes.

De acordo com novos estudos do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019, divulgado no final do mês passado, preparar adequadamente os professores, em especial áreas críticas com falta de professores, como faz a ONG Educando (cujo foco está na formação de docentes de escolas públicas em métodos práticos nas disciplinas de matemática, física, química e biologia), passa a ser uma necessidade primordial e de extrema urgência. A razão é simples. Segundo a pesquisa, 33,5% dos educadores brasileiros dos ensinos acima mencionados não tinham, até o final de 2018, formação adequada para lecionar na área de atuação escolhida. Ao todo, 37,8% dos professores dos anos finais do ensino fundamental (entre o 6º e o 9º ano) e 29,2% dos docentes do ensino médio.

Os percentuais mostram profissionais sem qualquer licenciatura ou complementação pedagógica nas disciplinas pela qual eram responsáveis (os cinco primeiros anos do ensino fundamental não entraram na pesquisa em razão da nomenclatura diferenciada

das matérias, que não são divididas como nos anos sequenciais).

O Anuário é elaborado com dados do Censo, da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua – ambos realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – e outras pesquisas do nicho e publicado em parceria entre o movimento Todos pela Educação e a editora Moderna. Não à toa a Unesco, braço de educação e cultura da ONU (Organização das Nações Unidas), mostra o Brasil em 88º lugar – entre 127 países – no desempenho da educação, segundo o documento The Education for All (EFA) / Global Monitoring Report (GMR).

No país da evasão escolar (o mais recente Censo Escolar elaborado pelo Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – aponta para mais de dois milhões de crianças e adolescentes fora das salas de aula), o “efeito dominó” do declínio da educação brasileira parte da falta de investimentos em infraestrutura, merenda e materiais. Mas continua em curso com falhas clamorosas no que tange aos professores: falta de incrementos salariais, planos de carreira e, como já citado, formação adequada. Sobre salários e planos de carreira, o Anuário mostra que, em 2018, docentes da educação básica tinham rendimentos 30% menores em relação ao salário médio dos profissionais de curso superior.

Ao comparar apenas com profissionais das áreas de exatas ou saúde, queda de 50%. Sobre a formação, vislumbramos saídas? Além do árduo trabalho de instituições independentes do terceiro setor (como a ONG Educando), cujo intuito é auxiliar ao máximo em certas lacunas abertas na educação brasileira, a garantia da formação docente na educação básica é uma das 20 metas previstas pelo PNE (Plano Nacional da Educação), em vigência desde junho de 2014.

O texto, dentre outros pontos, assegura a professores da educação básica formação, de nível superior, na específica área de atuação. E a base nacional docente foi além: apresentou ao MEC (Ministério da Educação), em dezembro do ano passado, proposta de uma avaliação anual para habilitação de educadores. Falta-nos, apenas, portanto, direcionamento correto das políticas de investimentos na educação básica e, ainda, fazer uma “mágica” – em uso convergente da mesma verba – para transformar documentos oficiais das instâncias governamentais em objetos animados, que funcionem na prática.

Em união, como um comboio, auxiliando professores, alunos e a educação em geral a caminhar para frente com segurança e assertividade. Capacitar e valorizar professores ao fornecê-los suportes pedagógico, psicológico e planos de carreira justos é garantir um futuro com mais educação e estímulo ao constante aprendizado.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Em entrevista ao CB.Poder, reitora da UnB critica Future-se Para Márcia Abrahão, o programa tem lacunas e incongruências. O único ponto positivo, na avaliação dela, é que a proposta fomenta a discussão sobre a realidade das universidades

A reitora da Universidade de Brasília (UnB), Márcia Abrahão, concedeu entrevista ao programa CB.Poder nesta segunda-feira (5/8). A professora de geociências reafirmou o que escreveu em artigo publicado no Correio Braziliense no sábado (3/8). Para ela, o programa Future-se parte do diagnóstico de que falta autonomia financeira às universidades, mas peca na solução apresentada. O projeto, anunciado pelo Ministério

da Educação (MEC) em 17 de julho, busca o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e da gestão das universidades. Essas ações serão desenvolvidas por meio de parcerias com organizações sociais.

Para Márcia, o aspecto positivo do Future-se está em levantar a discussão sobre a autonomia universitária. Ela aponta que fortalecer a independência das instituições de ensino superior ainda é um desafio para o país. “Não podemos abrir mão da nossa autonomia, inclusive de gestão, que está prevista na Constituição Federal. Temos muita preocupação em delegar a gestão a uma organização social”, afirmou a reitora às jornalistas Helena Mader, Dad Squarisi e Denise Rothenburg. Para ela, a proposta do Mec é composta por ideias vagas e revela desconhecimento por parte do ministério. “O projeto fala, por exemplo, que professores em regime de dedicação exclusiva poderão prestar serviços, mas hoje a legislação já permite isso”, apontou. “Serão criadas empresas, com CNPJ próprio, dentro dos departamentos. Eu gostaria de ouvir a CGU (Controladoria-Geral da União) e o TCU (Tribunal de Contas da União) a respeito disso”, comentou.

“Inclusive, boa parte das atribuições que estão sendo propostas às organizações sociais já são feitas hoje pelas fundações de apoio às quais as universidades são credenciadas”, afirmou. “O programa traz pautas que não têm a ver com o assunto, como a revalidação de diplomas por instituições privadas e a flexibilização das atribuições dos órgãos de controle”, destacou Márcia. “As realidades de cada universidade são diferentes, mas, no caso da UnB, mais de 40% do orçamento vem de arrecadação própria. Temos contratos, convênios, aluguéis. Nossa relação com a iniciativa privada é forte”, disse a reitora.

A professora ressaltou contradições do Future-se ao citar o fundo de investimentos proposto pelo programa. De acordo com ela, os imóveis da UnB, garantidos na lei de criação da universidade (Lei nº 3.998/1961), para desvincular parte dos orçamentos da instituição da mudança de governos, seriam doados ao fundo do projeto, chamado de Fundo Soberano do Conhecimento pelo MEC. De acordo com Márcia, caso o fundo seja extinto, os imóveis passariam a ser do Mec. Outra questão que poderia ser discutida mais profundamente, segundo a reitora, é a lei que regulamenta as doações (Lei 13.800/2019). “Os vetos que o governo fez vão na contramão do Future-se”, afirma a reitora em relação à retirada das isenções que incentivam as doações.

A professora cita ainda o desestímulo à arrecadação própria. Para ela, uma solução mais apropriada seria fazer com que as universidades utilizem adequadamente o que foi arrecadado. “Quando o valor passa do limite, o excedente é passado para o Tesouro”, afirmou. A reitora comentou também incongruências do Future-se com o próprio programa de governo. “Eles diziam ser a favor de menos Brasília e mais Brasil, mas a proposta quer centralizar as decisões no Mec. É inconsistente”, criticou.

Segundo Márcia, um grupo de estudos da UnB foi criado para discutir o Future-se e o Conselho Universitário se reuniu na sexta-feira (2/8) para tratar do assunto. A reitora informou que a universidade está com R\$ 48,5 milhões em recursos bloqueados. O hospital veterinário e as capacitações técnicas estão com 30% a menos de dinheiro. Além disso, bolsas de pós-graduação e pesquisas foram cortadas, já que a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Mec, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Mctic) também foram

afetados pelo contingenciamento.

“Estamos tentando conversar com o governo para rever o bloqueio, inclusive com a ajuda da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior)”, revelou. “Por enquanto, estamos com as contas em dia, mas, daqui a um ou dois meses, teremos muitas dificuldades. O governo bloqueou o que já tinha sido aprovado pelo Congresso”, observou Márcia. O contingenciamento do orçamento aprovado surpreendeu a reitora.

A dirigente da UnB ressaltou, ainda, problemas para firmar novos contratos e afirmou que aqueles que estão em vigor têm sido mantidos. Os requisitos para funcionamento básico, como luz, energia e água, têm sido atendidos com recursos próprios da UnB, mas até isso está em risco até o fim do ano. “Para fazer um contrato, é preciso provar que há orçamento para um ano. Então, esse bloqueio impede que novas contratações de limpeza e vigilância, por exemplo, sejam feitas. É muito grave, vai atingir tudo.”

Márcia também comentou a importância de discutir a valorização de professores em projetos de futuro da educação, o reconhecimento internacional da UnB, a importância da educação básica, os programas e parcerias que são feitos na instituição e os que estão em desenvolvimento. A educadora aproveitou para agradecer o apoio que a UnB tem recebido na Câmara dos Deputados.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Presidente da Capes tem número de celular clonado

Veja como a prisão dos hackers de Sergio Moro e Deltan Dallagnol não inibiu a ação de criminosos da telefonia, que continuam a fazer vítimas no governo de Jair Bolsonaro. Desta vez foi o presidente da **Capes**, Anderson Ribeiro que teve o celular clonado. Ele já abandonou o número e saiu avisando seus contatos nesta segunda-feira.

topo ↕

[BAHIA.BA](#) - TEMPO REAL

MEC fez questão de chutar regras na UFRB

No frígir dos ovos, a comunidade acadêmica diz que dos males o menor

Em 7 de fevereiro último, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) fez uma consulta, pelo voto direto, a comunidade universitária para a escolha do novo reitor: a professora Georgina Gonçalves teve 257.320, ou 79%, contra 68.180, ou 21%, do segundo colocado, o professor José Fernandes de Melo.

Daí brotou o consenso no ciclo universitário: Georgina será a próxima reitora. Em 27 de fevereiro, o Conselho Universitário reuniu-se e em votação restrita e definiu a lista tríplice: Georgina (17 votos), Tatiana Velloso (5 votos) e Fábio Josué dos Santos (3 votos).

Mal menor

O mandato do reitor Sílvio Soglia expirou em julho. Georgina, que era a vice, assumiu esperando o MEC tomar a decisão sobre ela em definitivo. Quarta o mandato dela expirou, e ontem, para a surpresa da comunidade acadêmica da UFRB, o MEC anunciou o nome: Fábio Josué Santos, o terceiro da lista.

Óbvio que a intenção foi afrontar a regra, ou chutar o pau da barraca, como se diz no populacho, até porque a votação no Conselho era, como manda a tradição, meramente

para cumprir o ritual legal. Até então, respeitou-se a votação geral. E ademais, Fábio Josué é do PT, já foi vereador em Amargosa pelo partido, e é filiado, não tinha preferência especial.

No frígir dos ovos, a comunidade acadêmica diz que dos males o menor. A outra alternativa seria a intervenção.

Levi Vasconcelos

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Bolsonarista investe contra procuradora que puxou orelha do chefe do MEC

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, discursou no plenário na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF). O ministro foi convocado para falar sobre bloqueio de recursos de universidades- 15/05/2019 (Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil)

A máquina bolsonarista voltou à ação. Vice-líder do Governo na Câmara dos Deputados, Carlos Jordy (PSL-RJ) entrou com uma reclamação disciplinar no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), solicitando a abertura de processo administrativo contra a procuradora Deborah Duprat.

Para Jordy, a procuradora utilizou da estrutura do MPF para fins “político-partidários” ao encaminhar ao Ministério da Educação requerimento para que se tirasse do ar uma nota oficial da pasta contra manifestações estudantis em ambientes universitários.

Em maio, Abraham Weintraub publicou nota, por meio das redes sociais do MEC, nota proibindo instituições de ensino de “promover movimento políticos”.

Em nota, dias depois, Duprat recomendou a Weintraub que “abstenha-se de cercar a liberdade dos professores, servidores, estudantes, pais e responsáveis, pela prática de manifestação livre de ideias e divulgação do pensamento nos ambientes universitários, de universidades públicas e privadas e Institutos Federais” e cancelasse a nota oficial do MEC.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Conselho pede que MEC inclua concurso público em contratos de universidades

O Confies, conselho que reúne as fundações de apoio às instituições de ensino superior e pesquisa, pediu hoje ao MEC (Ministério da Educação) para que a realização de concurso público para seleção de pessoal seja incluída no projeto de lei do Future-se. A sugestão consta de um documento apresentado à pasta e que foi obtido pelo UOL.

Em entrevista ao UOL, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o Future-se pode liberar a contratação de professores universitários sem concurso, via CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), por meio de OSs (Organizações Sociais).

Primeiro projeto do governo Jair Bolsonaro (PSL) para o ensino superior, o Future-se quer estimular a captação de recursos privados nas universidades federais. Ele prevê a inserção de OSs na gestão das instituições de ensino. As entidades poderiam, então, atuar em diferentes áreas nas instituições, desde a administração financeira até o ensino.

O Confies elaborou uma proposta alternativa ao projeto inicial do Future-se, que foi feito pelo MEC e está até o dia 15 de agosto aberto para consulta pública.

A mudança sugerida aparece no trecho do texto que diz respeito à operacionalização do programa.

Além de sugerir que as organizações sociais sejam trocadas pelas fundações de apoio, o Confies inclui, em sua proposta, um item que traz a necessidade de concurso público para seleção de pessoal para os convênios a serem firmados no âmbito do Future-se.

Como é a proposta do MEC:

O contrato de que trata o caput estabelecerá, sem prejuízo do disposto no art. 7º, da Lei nº 9.637, de 1998, entre outras cláusulas:

V - as diretrizes na gestão da política de pessoal, incluindo a observância:

- a) do limite prudencial e dos critérios para a realização da despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza, conforme regulamento;
- b) da vedação às práticas de nepotismo e de conflito de interesses; e
- c) dos critérios para ocupação de cargos de direção e assessoramento, segundo o grau de qualificação exigido e os setores de especialização profissional.

Como ficaria, com a sugestão do Confies:

O convênio entre outras cláusulas conterá:

V - as diretrizes na gestão da política de pessoal, incluindo a observância:

- a) de concurso público para seleção de pessoal;
- b) do limite prudencial e dos critérios para a realização da despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza;
- c) da vedação às práticas de nepotismo e de conflito de interesses; e
- d) dos critérios para ocupação de cargos de direção e assessoramento, segundo o grau de qualificação exigido e os setores de especialização profissional.

Hoje, universidades já podem contratar professores substitutos por meio de um processo diferente do concurso público, chamado de seleção simplificada. Apesar de ser uma etapa mais simples, suas regras são publicadas em edital e, em geral, envolvem análise de currículo, entrevista e/ou prova didática.

Um professor substituto, no entanto, pode ser contratado por um período máximo de dois anos por uma instituição de ensino federal.

À Folha, a assessoria de imprensa do MEC afirmou que só professor estrangeiro de renome poderá dar aula sem concurso pela proposta do Future-se.

A proposta do Confies exclui ainda a possibilidade de serem aplicadas penalidades às instituições de ensino que aderirem ao programa, mas não atenderem a requisitos como contratar uma organização social e adotar diretrizes de governança a serem indicadas pelo MEC.

Segundo o MEC, uma versão final do projeto de lei do Future-se será enviada ao Congresso Nacional no fim de agosto.

O Future-se será de adesão voluntária pelas universidades e institutos federais de ensino e precisa ser aprovado pelo Congresso antes de entrar em vigor.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ministro da Educação curte publicação com ameaça de violência a estudantes

O ministro da Educação Abraham Weintraub curtiu uma postagem que ameaçou representantes de estudantes neste final de semana. Uma imagem de tacos de baseball cobertos de arame farpado com a frase "Pedindo à UNE voltar ao MEC com badernas, que há DOCINHOS para eles!!!", publicada no sábado (6), no Twitter, recebeu sua atenção e deferência.

A União Nacional dos Estudantes denunciou a postagem em seu perfil no Twitter: "O ministro da Educação curtindo publicações de ameaças à UNE e aos estudantes que estão em luta em defesa da universidade. Que absurdo, tomaremos as medidas cabíveis!".

O novo presidente da entidade e estudante de Economia na Universidade de São Paulo, Iago Montalvão, postou a imagem em sua conta no Instagram, chamando o caso de "gravíssimo". Afirmou que ele será denunciado e que "ameaças assim não podem passar impunes".

O UOL tentou contato por e-mail e telefone para pedir uma posição do ministro através da assessoria de comunicação do Ministério da Educação, mas não teve resposta até a publicação deste texto. A postagem com a foto, que originou a impressão de tela abaixo, não estava mais disponível para visualização nesta segunda (5).

A postagem acima aparecia como um comentário em uma sequência de publicações do ministro em sua conta no Twitter. Nessa thread, ele rebatia críticas que recebeu por uma declaração que deu na sexta (1), de que "a aspirina foi feita pelos nazistas". Weintraub também criticou a imprensa pelo que ele considera perseguição. Afirmou que a Bayer, empresa alemã dona da patente do medicamento, foi posteriormente parceria do nazismo.

Data de 1899 o registro do nome "aspirina" para o ácido acetilsalicílico e o início de sua venda. O uso de elementos do composto para alívio de dores é conhecido há 3500 anos. O nazismo ascendeu e tomou o poder na Alemanha na década de 1930.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Pesquisa que liga micróbios a tumor de intestino leva prêmio de oncologia Vencedores do Prêmio Octavio Frias de Oliveira foram anunciados na segunda (5)

Um estudo que aponta como a análise da microbiota (conjunto de micro-organismos) intestinal pode prever a ocorrência de câncer colorretal venceu a categoria Pesquisa em Oncologia do 10º Prêmio Octavio Frias de Oliveira.

Já a criação de uma droga contra a leucemia a partir de levedura de panificação ganhou na categoria Inovação Tecnológica em Oncologia.

Os nomes dos vencedores foram revelados em cerimônia de entrega na noite de segunda-feira (5) no teatro da Faculdade de Medicina da USP, em São Paulo.

A premiação é uma iniciativa do Icesp (Instituto do Câncer do Estado de São Paulo Octavio Frias de Oliveira), em parceria com o Grupo Folha. A láurea, que leva o nome

do então publisher da Folha, morto em 2007, busca reconhecer e estimular contribuições na área oncológica.

Vinicius Mota, secretário de Redação da Folha, ressaltou as semelhanças que existem entre os valores cultivados pelo jornal e pelo Icesp e que também se refletem na láurea: a promoção do conhecimento, a investigação da verdade dos fatos, o combate aos obscurantismos e o incentivo ao debate amplo e substancial.

“Todos esses foram valores cultivados pelo seu Frias, Octavio Frias de Oliveira, e por Otavio Frias Filho [que dirigiu a Redação da Folha de 1984 até sua morte, em 2018]. São compromissos perenes, públicos do jornal”, disse.

Para cada categoria, a premiação é de R\$ 20 mil. Os vencedores são apontados por uma comissão composta por representantes do Icesp, da Faculdade de Medicina da USP, do HC da USP, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), da Academia Nacional de Medicina, da Academia Brasileira de Ciências, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação Oncocentro de São Paulo e da Folha.

O estudo vencedor na categoria Pesquisa em Oncologia é da autoria de Andrew Maltez Thomas, que hoje faz pós-doutorado na Universidade de Trento, na Itália, e colegas.

O grupo de cientistas analisou 969 amostras fecais de bancos de dados internacionais, tanto de pessoas saudáveis quanto de indivíduos com câncer. Com essa informação em mãos, desenvolveram modelos —alimentando computadores com grandes bases de dados para que eles encontrassem padrões— que buscavam diferenciar as amostras normais das que tinham a doença.

No fim, os autores descobriram que a presença de 16 bactérias na microbiota intestinal pode indicar a existência de câncer colorretal em estágio inicial. Também puderam detectar a doença em diferentes populações, com dietas e estilos de vida distintos. A pesquisa foi publicada na revista científica Nature Medicine.

Segundo Thomas, o modelo desenvolvido por sua equipe não deve substituir formas atuais de diagnóstico, mas, sim, ser um aliado ao exame de sangue oculto nas fezes. Testada dessa forma no estudo, a técnica aumentou a detecção de câncer.

"O teste de sangue oculto diz que tem algo errado com seu trato gastrointestinal, mas nem sempre se sabe o que é. Já a assinatura do microbioma é específica para câncer colorretal. A união dos dois pode reduzir as colonoscopias desnecessárias, que são caras, invasivas e têm riscos", diz ele.

Formado em biologia na Universidade Mackenzie, Thomas fez mestrado no A.C. Camargo Cancer Center sob a supervisão de Emmanuel Dias-Neto, que também assina a pesquisa vencedora, e doutorado em bioinformática na USP.

O trabalho vencedor na categoria Inovação Tecnológica em Oncologia, de autoria de Luciana Facchinetti de Castro Girão, do Departamento de Bioquímica da UFRJ, tinha como alvo a criação de uma nova versão da enzima asparaginase que cause menos efeitos colaterais graves.

A enzima asparaginase, que é produzida por uma bactéria, é o principal medicamento para a leucemia linfóide aguda, que afeta principalmente crianças. Embora seja eficaz, o remédio pode causar forte reação imunológica, que dificulta ou até impede seu uso.

A parceria entre a UFRJ, a Fiocruz e a Universidade de Lisboa obteve a asparaginase a partir da levedura de panificação --em combinação com outras substâncias, a enzima ajudou a impedir que o organismo reconheça o medicamento como um corpo estranho, reduzindo assim as reações adversas graves.

"Criamos uma barreira que faz com que o sistema imune não reconheça ou reconheça menos a droga como um corpo estranho, e essas alergias diminuem ou até somem. Com isso, mais pacientes podem ser tratados", diz Girão.

A droga foi testada em células leucêmicas. O grupo agora busca uma parceria público-privada para avançar à próxima fase e testar a formulação em animais. Girão afirma que os testes são caros, e os recursos para a ciência minguaram nos últimos anos. Neste ano, seu projeto ficou sem verba.

A cerimônia no teatro da Faculdade de Medicina foi conduzida pelo ator Odilon Wagner e estiveram presentes autoridades médicas e científicas.

Roger Chammas, que comandou a comissão julgadora do prêmio, ressaltou a importância da existência de tentativas de baratear o tratamento do câncer. Um dos trabalhos finalistas, do pesquisador Carlos Wagner de Souza Wanderley, do Crid (Centro de Pesquisa em Doenças Inflamatórias, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da USP), descobriu efeitos ainda desconhecidos de uma droga barata e já disponível no SUS, e que é usada contra o câncer, o paclitaxel. Além de destruir a célula cancerosa, a droga pode ativar o sistema imunológico.

"É possível reposicionar, dar um outro propósito para uma droga já em uso. Pode haver um impacto social fabuloso, como no câncer de mama", diz Chammas.

"O câncer é hoje a doença de maior incidência no mundo, a que mais cresce e a que mais mata. A valorização daqueles que se dedicam ao estudo do câncer é muito importante", disse Marco Antônio Zago, presidente da Fapesp.

CORREIO WEB - TEMPO REAL

**Na véspera da volta às aulas, bloqueio no orçamento preocupa a UnB
Sem dinheiro depois do bloqueio federal, contratos como o de limpeza e o de segurança correm risco de não serem renovados a partir de setembro**

As consequências do bloqueio de 30% no orçamento da Universidade de Brasília (UnB), implementado em abril pelo Ministério da Educação (MEC), sob a justificativa de identificação de "balbúrdia" nos câmpus, ganharão força entre o fim deste mês e o início de setembro. A universidade, que retoma as aulas dia 12, corre o risco de não conseguir renovar contratos, como o de vigilância e o de limpeza. "Para eu firmar o contrato, tenho de provar ter orçamento para um ano. A legislação é muito rígida. O contingenciamento me impedirá de renová-los", alertou a reitora Márcia Abrahão Moura, em entrevista ao CB.Poder — uma parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília.

Desde o corte de R\$ 38,2 milhões, a universidade usa recursos da arrecadação própria para completar o orçamento e arcar com as despesas. Com o esgotamento do dinheiro, a reitoria busca opções para manter as contas em dia. “Ainda estamos trabalhando com a sensibilização do governo para descontingenciar”, disse Márcia. Conforme a reitora, caso a UnB não recupere a verba, não há planos, por exemplo, para a segurança dos câmpus. “O ministro sugeriu que a gente trocasse a vigilância pela Polícia Militar, o que não é possível, porque somos um órgão federal e, não, estadual”, observou.

Continua depois da publicidade

A reitora apontou “inconsistências” no programa Future-se. Lançado no mês passado, o projeto prevê, segundo o MEC, o fortalecimento da autonomia das universidades — a proposta abre espaço para que Organizações Sociais (OS) tomem a frente da gestão. Márcia ainda criticou o debate sobre a cobrança de mensalidades em federais. “A Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) fez um estudo que mostra que mais de 70% dos estudantes das universidades federais vêm de famílias com renda de até um salário e meio. Essa discussão não tem sentido em um país com essa situação e não resolve de forma alguma a nossa situação orçamentária”, argumentou.

O Programa Future-se, lançado recentemente pelo Ministério da Educação, é alvo de críticas de professores e reitores. Qual a sua avaliação sobre o projeto?

Na sexta-feira, fizemos um debate sobre o programa no Conselho Universitário. Nós avaliamos que ele parte de um diagnóstico que nos interessa, pois demonstra que há pouca autonomia nas universidades. Mas a solução proposta vai na contramão do diagnóstico: coloca toda a administração com uma Organização Social (OS) e com o Ministério da Educação. Existe um receio muito grande de uma intervenção excessiva da iniciativa privada na universidade, o que pode comprometer a autonomia. E há quem avalie que falta uma parceria com o mercado, com participação mais efetiva do setor produtivo.

Existem realidades muito diferentes nas universidades brasileiras. A UnB é uma que tem muita parceria com a iniciativa privada. Cerca de 40% do nosso orçamento provém de arrecadação própria: temos contratos, convênios, aluguéis de imóveis. O projeto apresentado parece desconhecer a realidade de algumas universidades.

Em que pontos?

Por exemplo, na própria questão da parceria com a iniciativa privada. Nós temos uma relação forte, arrecadamos muito. Porém, se arrecadarmos algo que ultrapassa o limite previsto em lei, vai para o Tesouro Nacional. É um desestímulo à arrecadação.

A senhora publicou um artigo no Correio Braziliense no último sábado. Nele, disse que há possibilidade de aperfeiçoamento do Future-se. Em que sentido?

O projeto, em si, traz alguns problemas. Não sei se o caminho é por meio dessa proposta específica. Temos que aperfeiçoar a proposição em geral. Por exemplo, no meio do projeto, coloca-se que a revalidação do diploma, hoje feita nas universidades públicas, passe a ser realizada nas privadas. Além disso, temo que tenhamos uma redução dos controles feitos pelo Sistema de Gestão Universitária e pelo Tribunal de Contas da União ao passarmos para uma OS a atribuição que é do governo. Então, tem, sim, muito a se discutir. Por exemplo, há a lei de doações. A UnB regulamentou a doação, mas o governo, agora, trouxe vetos que a prejudicam, pois tira, por exemplo, a isenção fiscal que estimula as contribuições. Outra coisa importante é que o programa de governo fala

“menos Brasília, mais Brasil”. Mas, ao implementar o Future-se, centraliza as decisões no Ministério da Educação. Há inconsistências.

Recentemente, a UnB entrou no centro de uma polêmica imensa, depois da declaração do ministro da Educação, Abraham Weintraub, sobre suposta balbúrdia. Houve uma reação muito grande em defesa da universidade para mostrar o trabalho desenvolvido. Isso é página virada ou ainda há alguma repercussão negativa?

Tenho respeito ao que ele pensa. Mas há consequência dos atos. Antes da declaração, veio o bloqueio orçamentário. E nós fomos a primeira universidade a ter o contingenciamento de 30%, que permanece. A UnB, como todas as universidades, é um lugar de debate, de divergências. Estive com o ministro. Levei para ele os dados da UnB: de acordo com o Times Higher Education, somos a 5ª melhor universidade do Brasil e a 15ª, da América Latina.

E o que ele disse?

Disse que acha que é muito pouco. Que não interessa que as universidades estejam bem no Brasil ou na América Latina; interessa a repercussão mundial. Porém, existem estudos que mostram que, quanto mais se investe na universidade, maior a repercussão mundial.

E como a universidade está se virando?

Não está fácil. Desde que assumi, fizemos muitos ajustes, o que nos deu fôlego para enfrentarmos esse novo momento já numa situação equilibrada. Tínhamos ajustado as contas no fim do ano passado e estávamos prevendo gastos com o orçamento aprovado pelo Congresso. Mas tivemos a surpresa. Estamos monitorando diariamente. Continuamos com as contas em dia por enquanto. Contudo, daqui a um mês ou dois, teremos muitas dificuldades. Por quê? Para eu fazer um contrato, tenho de provar que tenho orçamento para um ano. A legislação é muito rígida. Então, o bloqueio me impedirá de fazer novos contratos de limpeza e etc. Isso é muito grave.

Desde a polêmica da “balbúrdia”, o governo tenta direcionar os recursos das universidades para as áreas de exatas e as médicas, em detrimento das áreas sociais, que são a base da formação do pensamento ocidental. Como a UnB lida com isso? Há um descompasso?

Essa é uma preocupação muito grande. Arelado à questão da balbúrdia, um dos artigos do Future-se permite a premiação de estudantes dependendo do comportamento. Nós nos preocupamos com o formato de aplicação desse critério. No caso da UnB, temos cursos e programas de excelência das áreas humanas e de exatas. Internamente, não existe essa diferença. Por isso, não podemos abrir mão da nossa autonomia. Se o governo fala em autonomia, precisa conceder a autonomia de gestão, que está prevista na Constituição — inclusive, com relação à nomeação de reitores. Internamente, tudo funciona de forma harmoniosa entre humanas e exatas. Se for colocar nas mãos do mercado, minha área, por exemplo, que é geociência, tem mais apelo do que uma área de ciência básica ou humanas. A universidade funciona de forma integrada. Temos muita preocupação em delegar a gestão a uma Organização Social, com um conselho que está indefinido.

O contingenciamento atingiu principalmente quais áreas? Onde a UnB cortou? Afeta material de laboratório e dia a dia das pesquisas?

São coisas distintas. A pesquisa é financiada principalmente pelo Ministério da Ciência

e Tecnologia e pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, que também passaram por cortes. Então, tivemos bloqueios em bolsa de pós-graduação e em pesquisas do CNPQ. O contingenciamento de 30% caiu sobre alguns projetos. Por exemplo, Hospital Veterinário, capacitação técnica e funcionamento da universidade. Como a UnB também tem recursos próprios, estamos usando parte deles para cobrir alguns contratos. As renovações, a partir do fim de agosto e início de setembro, é que estão correndo risco, assim como o pagamento de contas de luz e água.

O corte vai atingir contratos de vigilância, por exemplo? É uma grande preocupação. A área pode ser atingida, porque estamos em uma fase de renovação do contrato e precisamos demonstrar que temos orçamento.

E como a UnB vai resolver a questão?

O ministro sugeriu que a gente trocasse a vigilância por Polícia Militar, o que não é possível, porque somos um órgão federal e não estadual. Ainda estamos trabalhando com a sensibilização do governo para descontingenciar. Tanto nós, como a Andifes.

Um dos critérios de avaliação das universidades trata do posicionamento nos rankings nacionais e internacionais. Como está a situação da UnB?

Por isso ficamos chateados com os cortes. A UnB tem se mostrado muito qualificada. Nossa citação de artigos, critério usado inclusive para a percepção internacional, subiu mais de 100% nos últimos seis anos, apesar das barreiras linguísticas, uma vez que temos de escrever em inglês. Ao mesmo tempo em que o Ministério da Educação fala que não somos internacionalizados, corta um programa de muito sucesso: o Idiomas sem Fronteiras. Um país que já é distante em termos físicos e linguísticos daqueles que têm a pesquisa mais forte precisa de incentivos.

Uma das razões da má classificação das universidades brasileiras em rankings internacionais é a internacionalização. O que a UnB está fazendo sobre isso?

Apesar da redução orçamentária, aumentamos os subsídios em institutos e faculdades. Estamos fazendo um esforço para contratar professores estrangeiros. Foram 30 no ano passado, e vamos abrir um edital para mais 45. Também estamos investindo em editais para participação em eventos internacionais e financiando traduções de artigos. Além disso, existe o **Capex Print** para a internacionalização das universidades. Poucas foram contempladas. A UnB é uma delas. Estamos em pleno desenvolvimento desse projeto que permite mandar alunos para o exterior e trazer pesquisadores para cá.

Um debate que cresceu é a possibilidade da cobrança de mensalidade nas universidades públicas para que o governo possa deslocar recursos e investir na educação básica. O que acha disso?

A Andifes fez um estudo que mostra que mais de 70% dos estudantes das universidades federais vêm de famílias com renda de até um salário e meio. Essa discussão não tem sentido em um país com essa situação e não resolve de forma alguma a nossa situação orçamentária. Isso desloca o debate para o lado equivocado, traz uma competição entre educação básica e superior que não contribui para nada. Não acho que a medida seja adequada, mesmo porque a Constituição garante a educação pública e gratuita.

Esse percentual tem ligação com as cotas?

Com certeza. Cursos de alta demanda, como medicina, relações internacionais e direito, só passaram a ter mais pessoas de baixa renda depois das cotas. Por quê? Não é uma

questão de mérito. Os filhos de quem tem mais renda estudam nas melhores escolas, falam outras línguas.

Embora sejam inclusivas, as cotas não abaixam o nível dos cursos? Há uma evasão muito grande?

Na verdade, fizemos um estudo que mostra que, sim, os cotistas, às vezes, entram com um nível mais baixo. Mas, na hora da saída, não há diferença. Eles conseguem acompanhar, apenas precisavam daquela oportunidade.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Abertas inscrições para cursos gratuitos de idiomas na UEFS
Aulas são voltadas para servidores e estudantes da instituição, além de professores da rede pública que atuam na Educação Básica; saiba como se inscrever.

Por G1 BA

Estão abertas até 15 de agosto as inscrições para cursos de idiomas realizados pela Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), voltados para servidores e estudantes da instituição e professores da rede pública que atuam na Educação Básica.

Estão disponíveis cursos de Inglês e Português como Língua Estrangeira (PLE).

Antes de realizar a inscrição, os interessados devem acessar o site do Idiomas sem Fronteiras, fazer login e realizar um teste de nivelamento. Em seguida, no mesmo site, escolhe a opção "Aulas presenciais" e selecione a oferta atual. Surgirá uma tela com as turmas e horários disponíveis para o nível da pessoa.

Mais informações, como a lista de cursos disponíveis, estão disponíveis no site da Uefs.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Prazo para inscrições em cursos gratuitos da Alesc termina na sexta-feira
No total são 11 cursos disponíveis de Ensino a Distância.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) está com inscrições abertas para 11 cursos gratuitos de Ensino a Distância (EaD). Os interessados podem fazer o cadastro por meio do site da Escola do Legislativo até sexta-feira (9).

Os cursos disponíveis são: administração de conflitos, controles na administração pública, noções de direito administrativo, desenvolvimento de gestores públicos, empreendedorismo e desenvolvimento regional, ética do serviço público, gestão por competências, noções de liderança, orçamento e planejamento público, qualidade no atendimento, fundamentos da gestão de pessoas.

Os cursos duram entre 20 a 40 horas. Caso a pessoa inscrita não conheça a plataforma, a recomendação dos organizadores do curso é que o candidato não se inscreva em mais de dois cursos ao mesmo tempo.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Future-se : conselho da UnB diz que fundações são ignoradas pelo MEC
Consuni discutiu a proposta do ministério para aumentar recursos para as universidades públicas em crise financeira

O Conselho Universitário (Consuni) da Universidade de Brasília (UnB) discutiu o Future-se, programa do Ministério da Educação (MEC) que visa aumentar a receita das

instituições públicas de ensino superior. A reunião extraordinária foi convocada após a pasta dar prazo até esta quarta-feira (07/08/2019) para que as reitorias enviassem considerações sobre a proposta.

De acordo com a reitora da UnB, Márcia Abrahão, a manifestação não se refere à adesão ou não ao programa, mas é uma consideração sobre o teor da proposta, que também está em consulta pública no site do MEC. “É importante que todos conheçam e opinem”, frisou.

A apresentação do relatório da comissão foi realizada nessa sexta-feira (02/08/2019) pela diretora do Instituto de Ciências Humanas (IH), professora Neuma Brilhante. “O que marca o projeto é o protagonismo dado às organizações sociais (OS), enquanto que as fundações de apoio, entidades juridicamente aptas para auxiliar atividades das universidades e com know how para isso, são completamente ignoradas”, disse.

Também chamou atenção do grupo a possibilidade de flexibilização das atuais regras de controle da utilização de recursos públicos e a ausência de informações sobre qual seria a composição do comitê gestor do Future-se. Na terceira parte, o relatório (leia a íntegra) aponta para outros aspectos da proposta.

“Será que o programa vai considerar aspectos pedagógicos? Qual será o papel do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) das universidades?”, questionou a diretora do IH. “Tampouco há menção sobre financiamento público às instituições federais”, acrescentou.

O projeto de lei (PL) do Future-se prevê a possibilidade de as instituições federais de ensino doarem seu patrimônio para o fundo do programa. A falta de gestão das universidades sobre esse recurso também alarmou o grupo de trabalho. “As universidades doariam parte de seu patrimônio ao fundo e, em caso de dissolução, os recursos iriam para o MEC. Ou seja, estaríamos contribuindo com algo sobre o qual não vamos exercer nenhuma governança”, resumiu a professora Neuma.

Para o diretor da Faculdade UnB Planaltina, Marcelo Bizerril, “este é um projeto de destruição da pouca autonomia que nós temos, porque propõe a adesão à governança do MEC e a cessão de nosso patrimônio. É o desmonte da universidade pública como ela é em toda a América Latina”, disse.

Mobilização

Estudantes e técnicos administrativos criticaram a ausência de representantes das categorias na comissão que analisou o PL. A reitora, no entanto, explicou que o grupo não foi criado por critério de representação, mas apenas para fornecer subsídios à discussão do Consuni.

Maurício Sabino, do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de Brasília (Sintfub), também defendeu a realização de amplo debate com a comunidade universitária. “Há muitas coisas ameaçadas: a gratuidade do ensino, a essência da universidade pública, nossos empregos”, enumerou, lembrando que um dos espaços de interlocução deverá ser o Comitê em Defesa da UnB, lançado em abril pelo Sintfub e pela Associação dos Docentes da UnB (ADUnB).

Crise

A UnB é uma das universidades afetadas com bloqueio de verbas. O contingenciamento é de R\$ 48,5 milhões. Deste total, R\$ 43,9 milhões são para manutenção. O montante equivale a 30% de todo o orçamento da instituição. “Em termos de investimento, aproximadamente R\$ 4,6 milhões estão bloqueados, ou quase 56% do total previsto na Lei Orçamentária Anual 2019, aprovada pelo Congresso e integrando parte do planejamento da universidade para este ano”, destacou a UnB.

A instituição aponta as despesas mais impactadas pelo corte. São elas: pagamento de energia elétrica, de combustível para veículos, realização de transporte de estudantes entre os campi, serviços de limpeza e conservação, Restaurante Universitário, vigilância, coleta de entulho e de resíduos perigosos, tratamento de animais, entre outras.

Sem dinheiro, a universidade diz que encontra dificuldades para renovar contratos, investir em laboratórios e cumprir medidas de segurança emitidas pelo Corpo de Bombeiros sobre os prédios da instituição. “Como o MEC está ciente da situação, a expectativa é o desbloqueio dos recursos para que a UnB possa honrar compromissos contratuais e seguir executando seu planejamento acadêmico e científico, com base na Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional”, frisou a instituição, em nota divulgada após o lançamento do Future-se, em 17 de julho.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Nova Graduação: modelo flexível que facilita o acesso ao ensino superior

Flexibilidade. Esse é o principal atrativo do novo modelo de ensino que alia as vantagens da Educação a Distância (EAD) com os benefícios do ensino presencial. As Faculdades Integradas Espírito-Santenses (FAESA) passam a oferecer esta modalidade na Nova Graduação, possibilitando ao estudante aulas práticas e a utilização de toda a estrutura da instituição.

No Brasil, a educação superior a distância cresce em ritmo maior do que o ensino presencial. Segundo o Censo da Educação Superior de 2016, do Inep, enquanto o ensino presencial teve queda anual de 0,08% nas matrículas, o ensino a distância (EAD) cresceu em 7,2%. E o ensino flexível une o melhor dos formatos virtual e real: esse método de ensino combina atividades presenciais e online a fim de oferecer um ensino mais completo e de qualidade para os estudantes.

A teoria é ministrada por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), ao qual o aluno tem acesso a qualquer hora do dia, todos os dias. As aulas práticas, por sua vez, são ministradas no campus da universidade em dias previamente agendados. “A Nova Graduação é um termo utilizado para trabalhar uma nova modalidade, que soma a interatividade, mobilidade e flexibilidade com a presencialidade prática e network com alunos”, defendeu o diretor do Centro de Educação a Distância, James Alexandre Zumerle Theodoro.

Entre os cursos disponíveis na FAESA pela Nova Graduação estão Arquitetura e Urbanismo, Educação Física, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica e Fisioterapia. “Apostamos nestes cursos por que acreditamos no potencial de mercado. Além disso, reconhecemos uma demanda reprimida”, justificou Theodoro.

A Nova Graduação possibilita ao estudante acessar as aulas teóricas de onde quiser, dentro da disponibilidade de tempo que possui e em diferentes plataformas. O restante do conteúdo é ministrado por meio de aulas práticas. As aulas acontecem duas vezes por semana. “Isso assegura a realização da prática e a troca de experiências entre os alunos. O conteúdo teórico é todo ministrado online, utilizando os encontros presenciais para práticas e trocas de experiência”, reforçou James.

Outro diferencial está no valor das parcelas. É uma modalidade com custo benefício acessível, oportunizando as classes com menor poder aquisitivo, o direito de realizar um curso superior como as engenharias, arquiteturas e outras modalidades presenciais com ticket médio alto. Muitos profissionais técnicos poderão realizar o sonho da graduação, alavancando suas carreiras”, acrescentou James.

De acordo com o diretor, quem optar por esse novo modelo terá a garantia de um ensino de excelência. “A Instituição espera ser vista com a mesma qualidade oferecida no presencial. Somos uma instituição que preza pela qualidade e experiência do nosso aluno”, finalizou James.

A FAESA

A FAESA possui cursos com a nota máxima no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) que garantem um alto índice de alunos empregados. Instalado em Vitória, no Espírito Santo, o Centro Universitário possui biblioteca completa, laboratórios e um corpo docente altamente capacitado. A FAESA está há mais de 40 anos no mercado.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Universidade promove Mega Dia com descontos para cursos EAD

A Universidade Católica de Pelotas (UCPel) realiza no dia 10 de agosto o Mega Dia, destinado ao ingresso de interessados na modalidade de Ensino a Distância (EAD) com bolsa de estudos. Os candidatos poderão fazer o vestibular e a matrícula para os cursos e garantir condições especiais para o primeiro semestre. O evento acontece no Campus da instituição das 10h às 16h.

Para entrar nos cursos EAD é necessário realizar o vestibular agendado. A prova consiste em uma redação que poderá ser feita no Mega Dia das 10h às 14h30. Os interessados devem se inscrever no site do evento (<https://ead.ucpel.edu.br/megadia>) agendando o horário para realizar a prova, que será aplicada a cada 30 minutos. O resultado é disponibilizado na hora e quem se matricular neste dia receberá o desconto.

Quem já fez o vestibular, mas ainda não se matriculou também poderá usufruir do benefício. Para realizar a matrícula, os candidatos devem levar um documento de identidade com foto e o certificado de conclusão do Ensino Médio e/ou histórico escolar.

A UCPel oferece 15 cursos de graduação a distância nas áreas das ciências sociais, humanas e exatas. Nessa modalidade de ensino, o aluno tem aulas online, com mais flexibilidade de horários e sem precisar se deslocar todos os dias para a universidade. O diferencial da instituição é a disponibilização de toda a estrutura do Campus para o estudante do EAD que pode colocar o aprendizado em prática e interagir com os professores. A instituição garante também a mesma qualidade do ensino dos cursos

presenciais, que foi apenas adaptado para a modalidade.

Além disso, os cursos possuem mensalidades mais acessíveis, o que tem atraído muitos estudantes. Dados do Censo da Educação Superior divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apontam que um em cada cinco estudantes de ensino superior estuda a distância. No Rio Grande do Sul, o crescimento de 2016 para 2017 foi de 34,2% de acordo com o Governo Federal.

O endereço do Campus I da UCPel, onde acontecerá o Mega Dia é: Rua Gonçalves Chaves, 373 (Centro).

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

UFRJ pode paralisar serviços à população por limitação orçamentária

MEC afirma que bloqueio não tem impacto imediato sobre o orçamento

A Universidade Federal do Rio de Janeiro anunciou que poderá suspender, ainda este mês, a oferta de serviços à população, como, por exemplo, parte do atendimento no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, na Ilha do Fundão. Em nota, a universidade destaca que déficits acumulados nos últimos anos mais o contingenciamento de verbas, anunciado recentemente pelo governo federal, dificultam a continuidade dos serviços.

“O bloqueio definido pelo MEC torna a situação ainda mais preocupante, pois o corte de 30% em média do orçamento discricionário, destinado aos pagamentos das despesas básicas de funcionamento, resultou no bloqueio de 41% da principal ação orçamentária da UFRJ destinada a esse fim”, informou a UFRJ.

Segundo a nota, em custeio a previsão orçamentária para 2019 somava R\$331,65 milhões e só foi disponibilizado até o momento R\$169,84 milhões. Na rubrica de investimento, do total previsto de R\$9,15 milhões, a universidade acessou R\$1,25 milhões.

A UFRJ destaca também que até o mês de junho de 2019, as liberações permitiram manter o pagamento dos contratos com uma média de dois meses de atraso. Com a mudança iniciada em julho, o limite mensal foi reduzido a 5% do orçamento de custeio, o que impediu o pagamento de parte das despesas de maio.

“Assim, despesas necessárias à manutenção da UFRJ, tais como fornecimento de energia elétrica, de água e de gases para os laboratórios, limpeza, vigilância, alimentação nos Restaurantes Universitários (RUs), transportes inter e intracampi, telefonia etc., estão na iminência de não serem pagas e, conseqüentemente, poderemos ter esses serviços suspensos pelos fornecedores.”

O pagamento das bolsas estudantis está mantido e a universidade reduziu despesas com atividades acadêmicas que envolvem viagens, suspendeu a distribuição de verba para as unidades internas via orçamento participativo e redimensionou os investimentos previstos para o ano.

“A situação de ‘limite zero’ que nos tem sido imposta, associada à falta de previsão de liberações periódicas até o final de 2019, impede-nos de atuar com a mínima consciência. O orçamento da UFRJ, que é definido em lei, tornou-se inacessível, o que

coloca em risco o funcionamento da Universidade neste momento e ameaça seu futuro”.

MEC

Em nota, o Ministério da Educação informou que liberou R\$ 187,1 milhões de limite de empenho para o orçamento discricionário da UFRJ este ano, sendo R\$ 16 milhões na manhã de ontem (6).

O MEC afirma que o contingenciamento não tem “impacto imediato sobre o orçamento das instituições” e que mantém diálogo permanente com os dirigentes das universidades e institutos, “estando à disposição para intermediar a resolução de questões pontuais concernentes à liberação de limite orçamentário necessário à execução das atividades das instituições”, de acordo com a “gestão fiscal responsável e a eficiência do gasto público”, além de depender da “evolução positiva do cenário fiscal do país”.

“Portanto, no que tange aos valores a serem repassados, tal fato depende do volume de despesas a serem liquidadas pelas Instituições Federais de Ensino durante o exercício. Assim, cabe salientar que os repasses à UFRJ e às demais unidades vinculadas ao MEC encontram-se regulares, proporcional aos limites estabelecidos pelo decreto de programação orçamentária financeira”, informou o MEC.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

UFRJ pode paralisar serviços por limitação orçamentária

A Universidade Federal do Rio de Janeiro anunciou que poderá suspender, ainda este mês, a oferta de serviços à população, como, por exemplo, parte do atendimento no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, na Ilha do Fundão. Em nota, a universidade destaca que déficits acumulados nos últimos anos mais o contingenciamento de verbas, anunciado recentemente pelo governo federal, dificultam a continuidade dos serviços.

“O bloqueio definido pelo MEC torna a situação ainda mais preocupante, pois o corte de 30% em média do orçamento discricionário, destinado aos pagamentos das despesas básicas de funcionamento, resultou no bloqueio de 41% da principal ação orçamentária da UFRJ destinada a esse fim”, informou a UFRJ.

Segundo a nota, em custeio a previsão orçamentária para 2019 somava R\$331,65 milhões e só foi disponibilizado até o momento R\$169,84 milhões. Na rubrica de investimento, do total previsto de R\$9,15 milhões, a universidade acessou R\$1,25 milhões.

A UFRJ destaca também que até o mês de junho de 2019, as liberações permitiram manter o pagamento dos contratos com uma média de dois meses de atraso. Com a mudança iniciada em julho, o limite mensal foi reduzido a 5% do orçamento de custeio, o que impediu o pagamento de parte das despesas de maio.

“Assim, despesas necessárias à manutenção da UFRJ, tais como fornecimento de energia elétrica, de água e de gases para os laboratórios, limpeza, vigilância, alimentação nos Restaurantes Universitários (RUs), transportes inter e intracampi, telefonia etc., estão na iminência de não serem pagas e, conseqüentemente, poderemos ter esses serviços suspensos pelos fornecedores.”

O pagamento das bolsas estudantis está mantido e a universidade reduziu despesas com atividades acadêmicas que envolvem viagens, suspendeu a distribuição de verba para as unidades internas via orçamento participativo e redimensionou os investimentos previstos para o ano.

“A situação de ‘limite zero’ que nos tem sido imposta, associada à falta de previsão de liberações periódicas até o final de 2019, impede-nos de atuar com a mínima consciência. O orçamento da UFRJ, que é definido em lei, tornou-se inacessível, o que coloca em risco o funcionamento da Universidade neste momento e ameaça seu futuro”.

MEC

Em nota, o Ministério da Educação informou que liberou R\$ 187,1 milhões de limite de empenho para o orçamento discricionário da UFRJ este ano, sendo R\$ 16 milhões na manhã de ontem (6).

O MEC afirma que o contingenciamento não tem “impacto imediato sobre o orçamento das instituições” e que mantém diálogo permanente com os dirigentes das universidades e institutos, “estando à disposição para intermediar a resolução de questões pontuais concernentes à liberação de limite orçamentário necessário à execução das atividades das instituições”, de acordo com a “gestão fiscal responsável e a eficiência do gasto público”, além de depender da “evolução positiva do cenário fiscal do país”.

“Portanto, no que tange aos valores a serem repassados, tal fato depende do volume de despesas a serem liquidadas pelas Instituições Federais de Ensino durante o exercício. Assim, cabe salientar que os repasses à UFRJ e às demais unidades vinculadas ao MEC encontram-se regulares, proporcional aos limites estabelecidos pelo decreto de programação orçamentária financeira”, informou o MEC.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Unemat oferece 149 vagas para 6 programas de mestrado e doutorado

A Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) está com inscrições abertas para processos seletivos de 6 programas de pós-graduação stricto sensu, para ingresso em 2020. São 149 vagas para os cursos de Estudos Literários (mestrado e doutorado), Ensino de Ciências e Matemática, Ensino em Contexto Indígena Intercultural, e os mestrados profissionais em Rede Nacional em Ensino de Biologia, Ensino de História e Matemática. As inscrições devem ser feitas pela internet e o prazo varia de um programa para o outro.

Mestrado e doutorado em Estudos Literários - Inscrições de 12 de agosto a 11 de outubro. O programa tem como linhas de pesquisa: “Literatura e vida social em países de língua oficial portuguesa”, “Literatura, história e memória cultural” e “Leitura, Literatura e Ensino”.

Podem concorrer portadores de diploma de graduação em Letras/Literatura e áreas afins para o mestrado e diploma de mestre nessas mesmas áreas para o doutorado. São 19 vagas para o mestrado e 11 para o doutorado.

O processo avaliativo inclui prova de conhecimento específico, prova de proficiência em língua estrangeira, análise do projeto e entrevista. A taxa de inscrição é de R\$ 150.

Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática - Podem inscrever-se candidatos com diplomas ou certificado de conclusão de curso superior nas áreas de Matemática, Química, Biologia, Física, Pedagogia e áreas afins. As inscrições podem ser feitas pela internet, no período de 05 de agosto a 06 de setembro. O valor da taxa é de R\$ 50. São ofertadas 29 vagas.

O programa possui área de concentração em Ensino de Ciências e Matemática, com duas linhas de pesquisa: “Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores em Ciências e Matemática” e “Tecnologias Digitais no Ensino de Ciências e Matemática”.

O processo de seleção constará de prova escrita, arguição do projeto de pesquisa e análise de currículo. O curso é desenvolvido no campus de Barra do Bugres.

O edital completo pode ser acessado aqui.

Mestrado profissional em Ensino em Contexto Indígena Intercultural - O curso tem a área de concentração em Ensino, com linhas de pesquisa: 1) Ensino e Linguagens em Contexto Intercultural; 2) Ensino, Docência e Interculturalidade. São oferecidas 20 vagas, sendo 10 por linha de pesquisa.

As inscrições devem ser realizadas no período de 12 de agosto a 12 de setembro, por meio de formulário online (<http://sigaa.unemat.br/>). O valor da taxa de inscrição é de R\$ 50.

Podem concorrer indígenas com licenciatura nas diferentes áreas do conhecimento. O processo de seleção constará de prova escrita, arguição do projeto de pesquisa e análise de currículo. O programa funciona na modalidade presencial, com a oferta de disciplinas em módulos no campus da Unemat em Barra do Bugres.

ProfBio - As inscrições para o exame nacional de acesso ao mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional (ProfBio) podem ser efetuadas até 22 de agosto. A taxa é de R\$ 200. A Unemat oferta 20 vagas no campus de Tangará da Serra.

Podem concorrer candidatos portadores de diploma de curso superior em Ciências Biológicas, Biologia ou Ciências com habilitação em Biologia; professores de Biologia do Ensino Médio em Escola da Rede Pública de Ensino; ministrando aulas de Biologia em qualquer ano do Ensino Médio.

Acesse edital: www.ufmg.br/copeve.

ProfHistória- A Unemat, campus Cáceres, oferece 20 vagas no mestrado profissional em Ensino de História em Rede Nacional (ProfHistória), que tem por objetivo a formação continuada em nível de pós-graduação stricto sensu a professores da rede pública de educação básica.

As inscrições podem ser efetuadas no período de 15 de agosto a 29 de setembro. A taxa é no valor de R\$ 120.

Requisitos: ser portador de diploma de curso superior de licenciatura, devidamente registrado no Ministério da Educação; atuar como professor de História em qualquer ano da Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio). O Exame Nacional de

Acesso será realizado em 20 de outubro.

Edital completo: www.profhistoria.uerj.br.

ProfMat- As inscrições para o exame nacional de acesso ao mestrado profissional em Matemática (ProfMat) podem ser efetuadas até o dia 16 de setembro. A Unemat oferece 30 vagas, sendo 20 para o câmpus de Sinop e 10 para Barra do Bugres.

Dentre as 20 vagas disponíveis no câmpus de Sinop, 10 são destinadas a professores de matemática efetivos da educação básica da rede pública de ensino federal, estadual ou municipal. As demais são para ampla concorrência.

O Profmat tem como objetivo proporcionar formação matemática aprofundada relevante para o exercício da docência na Educação Básica, especialmente a professores de escolas públicas. O valor da taxa de inscrição é de R\$ 76.

Informações completas sobre este mestrado podem ser encontradas na página do Programa. (Com informações da Assessoria)

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Universidade promove Mega Dia com descontos para cursos EAD

A Universidade Católica de Pelotas (UCPel) realiza no dia 10 de agosto o Mega Dia, destinado ao ingresso de interessados na modalidade de Ensino a Distância (EAD) com bolsa de estudos. Os candidatos poderão fazer o vestibular e a matrícula para os cursos e garantir condições especiais para o primeiro semestre. O evento acontece no Campus da instituição das 10h às 16h.

Para entrar nos cursos EAD é necessário realizar o vestibular agendado. A prova consiste em uma redação que poderá ser feita no Mega Dia das 10h às 14h30. Os interessados devem se inscrever no site do evento (<https://ead.ucpel.edu.br/megadia>) agendando o horário para realizar a prova, que será aplicada a cada 30 minutos. O resultado é disponibilizado na hora e quem se matricular neste dia receberá o desconto.

Quem já fez o vestibular, mas ainda não se matriculou também poderá usufruir do benefício. Para realizar a matrícula, os candidatos devem levar um documento de identidade com foto e o certificado de conclusão do Ensino Médio e/ou histórico escolar.

A UCPel oferece 15 cursos de graduação a distância nas áreas das ciências sociais, humanas e exatas. Nessa modalidade de ensino, o aluno tem aulas online, com mais flexibilidade de horários e sem precisar se deslocar todos os dias para a universidade. O diferencial da instituição é a disponibilização de toda a estrutura do Campus para o estudante do EAD que pode colocar o aprendizado em prática e interagir com os professores. A instituição garante também a mesma qualidade do ensino dos cursos presenciais, que foi apenas adaptado para a modalidade.

Além disso, os cursos possuem mensalidade mais acessíveis, o que tem atraído muitos estudantes. Dados do Censo da Educação Superior divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apontam que um em cada cinco estudantes de ensino superior estuda a distância. No Rio Grande do Sul, o crescimento de 2016 para 2017 foi de 34,2% de acordo com o Governo Federal.

O endereço do Campus I da UCPel, onde acontecerá o Mega Dia é: Rua Gonçalves Chaves, 373 (Centro).

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

UFRJ pode paralisar serviços à população por limitação orçamentária

A Universidade Federal do Rio de Janeiro anunciou que poderá suspender, ainda este mês, a oferta de serviços à população, como, por exemplo, parte do atendimento no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, na Ilha do Fundão. Em nota, a universidade destaca que déficits acumulados nos últimos anos mais o contingenciamento de verbas, anunciado recentemente pelo governo federal, dificultam a continuidade dos serviços.

"O bloqueio definido pelo MEC torna a situação ainda mais preocupante, pois o corte de 30% em média do orçamento discricionário, destinado aos pagamentos das despesas básicas de funcionamento, resultou no bloqueio de 41% da principal ação orçamentária da UFRJ destinada a esse fim", informou a UFRJ.

Segundo a nota, em custeio a previsão orçamentária para 2019 somava R\$ 331,65 milhões e só foi disponibilizado até o momento R\$ 169,84 milhões. Na rubrica de investimento, do total previsto de R\$ 9,15 milhões, a universidade acessou R\$ 1,25 milhões.

A UFRJ destaca também que até o mês de junho de 2019, as liberações permitiram manter o pagamento dos contratos com uma média de dois meses de atraso. Com a mudança iniciada em julho, o limite mensal foi reduzido a 5% do orçamento de custeio, o que impediu o pagamento de parte das despesas de maio.

"Assim, despesas necessárias à manutenção da UFRJ, tais como fornecimento de energia elétrica, de água e de gases para os laboratórios, limpeza, vigilância, alimentação nos Restaurantes Universitários (RUs), transportes inter e intracampi, telefonia etc., estão na iminência de não serem pagas e, conseqüentemente, poderemos ter esses serviços suspensos pelos fornecedores."

O pagamento das bolsas estudantis está mantido e a universidade reduziu despesas com atividades acadêmicas que envolvem viagens, suspendeu a distribuição de verba para as unidades internas via orçamento participativo e redimensionou os investimentos previstos para o ano.

"A situação de limite zero que nos tem sido imposta, associada à falta de previsão de liberações periódicas até o final de 2019, impede-nos de atuar com a mínima consciência. O orçamento da UFRJ, que é definido em lei, tornou-se inacessível, o que coloca em risco o funcionamento da Universidade neste momento e ameaça seu futuro".

MEC

Em nota, o Ministério da Educação informou que liberou R\$ 187,1 milhões de limite de empenho para o orçamento discricionário da UFRJ este ano, sendo R\$ 16 milhões na manhã de ontem (6).

O MEC afirma que o contingenciamento não tem "impacto imediato sobre o orçamento

das instituições" e que mantém diálogo permanente com os dirigentes das universidades e institutos, "estando à disposição para intermediar a resolução de questões pontuais concernentes à liberação de limite orçamentário necessário à execução das atividades das instituições", de acordo com a "gestão fiscal responsável e a eficiência do gasto público", além de depender da "evolução positiva do cenário fiscal do país".

"Portanto, no que tange aos valores a serem repassados, tal fato depende do volume de despesas a serem liquidadas pelas Instituições Federais de Ensino durante o exercício. Assim, cabe salientar que os repasses à UFRJ e às demais unidades vinculadas ao MEC encontram-se regulares, proporcional aos limites estabelecidos pelo decreto de programação orçamentária financeira", informou o MEC.

AL1 - TEMPO REAL

Pesquisadores da Ufal investigam relação entre excesso de peso e desigualdade Estudo observou tendência de obesidade e excesso de peso em adultos entre 2006 e 2017 e elaborou estimativa para 2022

A obesidade é considerada um dos principais problemas globais de saúde pública. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), atualmente, as doenças relacionadas à obesidade representam 67,3% de anos perdidos que poderiam ser evitados até 2040, ano que a OMS projeta o aumento de mortes prematuras. A estimativa é reflexo da qualidade e mudança dos hábitos alimentares nas últimas décadas, ações que contribuem para o agravamento de problemas como excesso de peso e obesidade.

De acordo com dados de 2018 da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas (Vigitel), mais da metade da população brasileira está acima do peso. A obesidade atinge um em cada cinco brasileiros. "Nós nos preocupamos muito com causas externas, violência e outras coisas, mas a obesidade mata muito mais que qualquer crime. Nós temos um pouco de dificuldade de entender essa problematização e a gravidade que isso representa", alerta o professor da Faculdade de Nutricional da Ufal (Fanut), Jonas Augusto Cardoso da Silveira.

Ciente desta tendência, a pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Nutrição da Ufal (PPGNUT), Mayara Oliveira de Alencar Santos, investigou a obesidade e o excesso de peso entre adultos. O tema é abordado pela ótica da desigualdade de gênero e escolaridade. A meta nacional de controle do excesso de peso de 2006 à 2017 foi avaliada e então, o trabalho elaborou uma estimativa para o ano de 2022, com base nas recomendações do Ministério da Saúde. O estudo foi contemplado com bolsa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e orientado pelo professor Jonas Silveira.

Obesidade é similar entre homens e mulheres, mas escolaridade influencia

A partir dos dados obtidos dos inquéritos anuais da Vigitel foi construída uma série temporal da prevalência do excesso de peso e obesidade entre crianças e adultos; os dados foram estruturados em gênero e escolaridade. A finalidade do projeto é a formação de recursos humanos estratégicos na área de nutrição e saúde pública, além de oferecer subsídios para tomada de decisão na saúde.

O material foi coletado dentro do contexto de um plano de ações estratégicas do Ministério da Saúde para o enfrentamento de Doenças Crônicas Não-Transmissíveis (DCNT) no Brasil de 2011 até 2022. O plano está em execução em conjunto com

agenda internacional da OMS após medida promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1º de Abril de 2016, anunciando o início da década de Ações em Nutrição.

A proposta surge após o reconhecimento da magnitude dos problemas de desnutrição e obesidade presentes em todo o mundo. Entre algumas das metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, estão a redução da obesidade em crianças e adolescentes, e a estabilização do crescimento da obesidade e excesso de peso em adultos. Os pesquisadores analisaram essas condições no período entre 2006 e 2017 e fizeram projeções para 2022, segundo gênero e escolaridade.

Os resultados da série temporal indicam que a prevalência de obesidade na última década foi similar entre homens e mulheres. Contudo, ao investigar a interação entre gênero e escolaridade foi notada uma tendência diferente entre adultos no Brasil. Nos homens, a escolaridade teve pouco efeito sobre o aumento da obesidade. No entanto, ao analisar o grupo das mulheres, os dados apresentados mostram que quanto menor o nível de escolaridade, maior a probabilidade do desenvolvimento da obesidade; e quanto maior o nível de escolaridade, menor é essa tendência, até mesmo em comparação aos homens de alta escolaridade.

Os pesquisadores ainda mencionam a influência da Indústria de Alimentos na sociedade, destacando que, atualmente, é muito mais fácil alimentar-se mal. A alta disponibilidade e o custo de produtos de baixo valor nutritivo é um dos principais fatores para escolha de produtos de menor qualidade. “Na sociedade há escassez de alimentos saudáveis. Há um papel muito forte da indústria de alimentos com publicidade direcionada para crianças e adultos incentivando o consumo de alimentos ultraprocessados. Por conta disso, constrói-se uma sociedade doente, que é mais fácil você não ser saudável”, afirma o pesquisador.

Mulheres mais escolarizadas podem atingir meta de saúde

Os autores do trabalho chegaram à conclusão de que o único grupo que será capaz de atingir a meta do Ministério da Saúde para 2022 são mulheres com 12 anos ou mais de escolaridade, sendo pouco provável que os outros grupos analisados, homens de todos os níveis de escolaridade e mulheres com até 8 anos e com 9 a 11 anos de estudo atinja esta meta.

Ao explicar essas desigualdades, o professor Jonas observa que o papel do homem na sociedade é estável, por este motivo, não recebe as influências externas de forma diferencial e preocupa-se menos com sua saúde. Por outro lado, as mulheres ficam mais expostas às condições que desfavorecem a produção do autocuidado, podendo citar as maiores jornadas de trabalho, que por vezes, há de ser conciliada em duas ou mais jornadas. “Esse fardo que colocam em cima das mulheres pode representar um risco na diminuição de autocuidados, seja com alimentação, atividades de lazer e com sua própria saúde”, ressalta, e questiona: “Imagine uma mulher que precisa cuidar de casa, trabalhar e ainda precisa estudar. Em que horário ela fará atividade física? Quando ela terá um momento para si?”.

O pesquisador afirma que o estudo vai auxiliar no reforço de atividades que foquem nestes grupos. “Nós podemos fazer uma leitura da escolaridade com a questão de renda

no Brasil, que é muito forte e presente. Mulheres de baixa renda estão numa situação de maior estresse e de maior vulnerabilidade e, por vários outros fatores, elas também estão com maior risco para obesidade”, conclui.

topo ↕

UFSM - TEMPO REAL

Pibid oferece vaga de supervisor para professores da educação básica na área de Geografia

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) está selecionando supervisor para a área de Geografia. Podem concorrer à vaga professores da educação básica que possuam licenciatura que corresponda ao componente curricular ou ao curso de Geografia, que tenham experiência mínima de dois anos no magistério na educação básica e que sejam professores em escola previamente cadastrada no Sistema **Cap**es/Pibid.

Cabe ao docente supervisor acompanhar os alunos de licenciatura do Pibid/UFSM em sua atuação nas escolas. As inscrições seguem até a próxima sexta-feira (9), ao meio-dia. O Edital N. 42/2019, com o cronograma de seleção e a documentação solicitada, está disponível em www.ufsm.br/prograd.

Outras informações podem ser obtidas pelo telefone 3220-8338 e pelo e-mail copa.prograd@ufsm.br.

topo ↕

UFSM - TEMPO REAL

UFSM ganha 10 novas bolsas de doutorado do CNPq

A Universidade Federal de Santa Maria ganhou dez novas bolsas de Doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na modalidade de Apoio à Formação de Doutores em Áreas Estratégicas (Chamada Pública Nº 01/2019). Essa modalidade permite que o aluno faça parte do seu doutorado em Universidades que tenham cursos de excelência – com nota 6 e 7 pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Cap**es) – por um período de até um ano.

Para o Coordenador de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Fábio Andrei Duarte, receber essas novas bolsas em um período de muitos cortes é um ótimo benefício. “É um fôlego porque os cursos que têm nota 3, 4 ou 5 pela **Cap**es já tem uma carência de bolsas. Essas cotas adicionais vão ajudar bastante, pois no doutorado em especial é difícil de manter o aluno vinculado ao curso quando não tem bolsa, porque ele já é um profissional com um certo tempo de formação, precisa se manter e com isso acaba desistindo da pós-graduação.” aponta Fábio.

SELEÇÃO – Para participar do edital, a UFSM realizou uma chamada interna, na qual concorreram onze Programas de Pós-Graduação (PPGs). Com a chamada interna, foi feita uma avaliação com os coordenadores dos PPGs de Excelência, e dos onze concorrentes foram selecionados três: Ciências Odontológicas (4 bolsas), Engenharia Química (3 bolsas) e Biodiversidade Animal (3 Bolsas), totalizando dez bolsas que era o limite da chamada do CNPq.

A partir da seleção interna, a UFSM montou uma proposta institucional com esses três PPGs, submeteu ao CNPq e foi aprovada. O próximo passo, é a realização de uma chamada interna dos PPGs que foram aprovados pelo CNPq, para selecionar os alunos

que receberão as bolsas de doutorado.

A UFPE ainda participa do edital recebendo alunos de outras Universidades nos cursos de excelência.

Texto: Laura Coelho de Almeida, bolsista da Assessoria de Comunicação do Gabinete do Reitor da UFPE

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFPE suspende uso de ar-condicionado para reduzir gastos após corte de verbas pelo governo

Universidade Federal de Pernambuco solicita o uso racional de energia elétrica. Medidas motivadas pelo bloqueio do MEC valem para três campi: Recife; Vitória de Santo Antão e Caruaru.

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) suspendeu o uso de ar-condicionado nas dependências da instituição de ensino, a partir desta terça-feira (6). A medida foi motivada pelo bloqueio de R\$ 50 milhões de custeio pelo Ministério da Educação (MEC) e é válida para os campi Recife; Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata e Caruaru, no Agreste.

Entenda o bloqueio de verbas das federais

O anúncio foi feito um dia após a volta às aulas na UFPE, que ocorreu na segunda (5). A universidade informou que o desligamento do ar-condicionado não atinge locais onde o uso seja imprescindível, como laboratórios de pesquisa, espaços onde funcionam equipamentos que demandam refrigeração ou salas sem janelas e onde não há circulação de ar.

A Reitoria solicitou à comunidade acadêmica que use a iluminação de forma racional, desligando as luzes durante o dia e depois que sair das salas. Ainda de acordo com a UFPE, o funcionamento da instituição está comprometido a partir de setembro deste ano, devido ao bloqueio do MEC.

Em agosto, segundo a Reitoria, a universidade recebeu R\$ 8,6 milhões para despesas de manutenção. O repasse aprovado pelo Legislativo e previsto na Lei Orçamentária Anual era de R\$ 14,3 milhões. O pró-reitor de orçamento e finanças da UFPE, Thiago Galvão, afirma que os centros estão sendo comunicados das medidas a serem adotadas.

"Essas medidas são para atender nossas despesas do mês. Já adotamos uma série de medidas para prorrogar algumas coisas, mas, com o bloqueio, iniciamos o semestre com a certeza de que não teremos orçamento para finalizá-lo. Não acredito que a ciência não seja estratégica o suficiente para um país para ser descontinuada assim", afirma.

Foram bloqueados 30% do orçamento da universidade, o que corresponde a R\$ 49,4 milhões destinados à manutenção (serviços de limpeza, segurança, energia e água, entre outros) e R\$ 5,6 milhões para investimento (obras e aquisição de equipamentos).

No dia 2 de julho, a UFPE anunciou a suspensão temporária do lançamento de novos editais das pró-reitorias (exceto oriundos do Plano Nacional de Assistência Estudantil), do repasse de parcelas do Modelo de Alocação de Recursos para os centros acadêmicos e departamentos, da contratação de novas bancas para concursos docentes e do início de

reformas de infraestrutura.

As medidas anunciadas para os três campi, no entanto, não atingem o Hospital das Clínicas, porque a unidade de saúde é administrada pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), vinculada ao MEC.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) também são afetados pelo bloqueio. O G1 entrou em contato com as duas instituições para saber se medidas semelhantes foram adotadas e aguarda retorno.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Future-se deverá priorizar fundações de apoio em vez de organizações sociais e incluir até concurso público, propõe Confies

Conselho afirma que as fundações do grupo são responsáveis por adicionar de 50% a 70% dos recursos das instituições de ensino federais.

O conselho que reúne as fundações de apoio às instituições de ensino superior e pesquisa, o Confies, propôs ao Ministério da Educação que o Future-se priorize contratos com estas entidades em vez de organizações sociais, como está previsto no projeto que pretende aumentar a verba privada no orçamento das universidades. O conselho também propõe que os convênios incluam a possibilidade de concurso público para a seleção de pessoal para garantir a "meritocracia".

A proposta do Confies foi apresentada pelo presidente da entidade, Fernando Peregrino, ao secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, nesta segunda-feira (5).

Peregrino defendeu a autonomia universitária e disse que as fundações já atuam junto às universidades e poderiam atender as demandas do ministério. As fundações do grupo são responsáveis pela compra de insumos e equipamentos, nacionais e importados, e contratos com colaboradores e bolsistas.

O Future-se é um projeto do governo federal para que as universidades possam levantar mais recursos próprios por meio de parcerias público-privadas, cessão de prédios, criação de fundos com doações e até venda de nomes de campi e edifícios, como nos estádios (leia mais abaixo).

O texto está aberto a consulta pública e receberá sugestões até 15 de agosto.

Confira a íntegra do Future-se

A proposta do MEC ocorre em meio ao contingenciamento de verbas das universidades, anunciado no fim de abril pelo governo. De acordo com a Andifes, associação que representa os reitores das universidades federais, a medida atinge de 15% a 54% dos recursos que podem ser cortados.

Proposta do Confies para o Future-se

Confira os principais pontos propostos pelo conselho ao MEC:

Exclusão das organizações sociais e inclusão das fundações de apoio

Exclusão de "contrato de gestão" para garantir a autonomia universitária prevista na

Constituição;

Assinatura de convênios de cooperação entre as instituições de ensino, fundações de apoio e MEC

Manutenção dos incentivos fiscais dos fundos patrimoniais, conforme proposto pelo MEC

Concurso público

Fundações de apoio

As fundações de apoio são criadas exclusivamente para dar suporte a "projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais contratantes", conforme a Lei 8958, de 1994. A fiscalização é feita pelo Ministério Público.

"As fundações são ágeis e não assumem por concessão a gestão das universidades [como propõe o Future-se] pois isso seria a quebra da autonomia da universidade inscrita no artigo 207 da Constituição . Somos apoiadores e temos 25 anos de experiência com uma folha de serviços invejável. Praticamente todos os parques tecnológicos, incubadoras e programas de startups nas IFES [instituições federais de ensino] são geridos pelas nossas fundações. Com isso ajudamos a viabilizar a autonomia das IFES pois todos os projetos que apoiamos são aprovados nas unidades e conselhos e possuem interesse acadêmico", afirmou Peregrino, em entrevista ao G1.

O Confies afirma que as fundações do grupo são responsáveis por levantar de 50% a 70% dos recursos das instituições de ensino federais. De acordo com o conselho, quase todos os programas de startups, parques e pólos tecnológicos e incubadoras, entre outras, são geridos com o apoio das fundações.

O montante captado movimentava mais de R\$ 5 bilhões por ano e tem cerca de 22 mil projetos. Em 2018, eram mais de 17 mil pessoas empregadas com CLT e 43,9 mil bolsistas e estagiários. Ao todo são 96 fundações que atuam em 133 institutos federais de ensino.

Em nota, o MEC informou que as propostas do Confies serão analisadas, assim como todas as contribuições enviadas até o dia 15 de agosto.

"O MEC informa que a proposta do Future-se está em consulta pública até o dia 15 de agosto. Ao término da consulta, as contribuições recebidas serão sistematizadas com ferramentas de inteligência de dados e serão analisadas quanto a sua pertinência para o Future-se. As propostas do Confies serão analisadas, assim como as demais. O MEC agradece a todas as contribuições recebidas e o tempo dedicado a ajudar no aprimoramento da proposta", afirma a íntegra da nota do MEC.

Organizações Sociais

As organizações sociais são entidades privadas, sem fins lucrativos, e por isso são obrigadas a investir na própria atividade todo o dinheiro excedente. Elas são criadas para atuarem no ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.

Em geral, o modelo é mais usado na área da saúde. A fiscalização fica a cargo do "órgão ou entidade supervisora da área de atuação", de acordo com a Lei 9637, de 1998, que

trata do tema.

Em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as organizações sociais poderiam, de fato, prestar serviços no poder público, dispensando licitações. Segundo os ministros, a condição é que o trabalho seja conduzido de forma objetiva e impessoal, seguindo os princípios constitucionais.

Concurso público

Segundo Peregrino, a inclusão do concurso público na proposta do Future-se pretende garantir a "meritocracia" na admissão de qualquer mão de obra, mas garantindo às universidades autonomia para contratar os funcionários. "Isso não quer dizer que estamos defendendo que a força de trabalho para as atividades regulares das universidades sejam substituídos funcionários CLT", afirmou.

Future-se

Em resumo, com a proposta, as universidades poderão:

Celebrar contratos de gestão compartilhada do patrimônio imobiliário da universidade e da União. As reitorias poderão fazer PPPs, comodato ou cessão dos prédios e lotes;
Criar fundos patrimoniais (endowment), com doações de empresas ou ex-alunos, para financiar pesquisas ou investimentos de longo prazo;

Ceder os "naming rights" de campi e edifícios, assim como acontece nos estádios de futebol que levam nomes de bancos ou seguradoras;

Criar ações de cultura que possam se inscrever em editais da Lei Rouanet ou outros de fomento.

Para isso, o MEC pretende mudar trechos de 17 leis atualmente em vigor. A lista inclui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal; a lei que trata dos fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; as regras para isenção tributária de importações e as regras de deduções do imposto de renda. A adesão é opcional.